

APVC – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, S.A.

Relatório  
e Contas

2010

---



## ÍNDICE

Cap. I – RELATÓRIO DE GESTÃO.....	6
0. INDICADORES.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A EMPRESA EM 2010.....	8
3. ACTIVIDADE PORTUÁRIA.....	10
4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO.....	17
5. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS.....	20
6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	21
7. INVESTIMENTO.....	23
8. IMPARIDADE.....	24
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	25
10. ÓRGÃOS DE GESTÃO.....	28
11. GESTÃO DE RISCO.....	29
12. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	29
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	30
Cap. II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	33
Cap. III – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	39
Cap. IV – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE.....	83



Relatório  
e Contas

2010

---

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

## Cap. I – RELATÓRIO DE GESTÃO

### 0. INDICADORES

SECTORES	UNIDADE	2010	2009
<b>TRÁFEGO PORTUÁRIO</b>			
ESCALAS DE NAVIOS AO PORTO	n.º	199	167
TOTAL DE CARGA MOVIMENTADA	Ton.	524.140	406.058
<hr/>			
<b>QUOTA DE MERCADORIAS NO MERCADO NACIONAL</b>	%	0,81	0,7
<hr/>			
<b>PESSOAL</b>			
TRABALHADORES	n.º	46	46
TAXA DE ABSENTISMO	%	3,39	2,19
<hr/>			
<b>INVESTIMENTO</b>			
CAPITAL INVESTIDO	Euros	427.226	340.527
FUNDOS PRÓPRIOS	Euros	111.272	36.848
OUTROS FUNDOS	Euros	315.954	303.679
<hr/>			
<b>FINANÇAS</b>			
VOLUME DE NEGÓCIOS (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	Euros	3.176.001	2.932.047
RESULTADOS OPERACIONAIS	Euros	226.416	104.698
RESULTADOS LÍQUIDOS	Euros	300.587	105.228
CASH-FLOW	Euros	2.316.874	2.595.509
AUTONOMIA FINANCEIRA <sup>(1)</sup>	-	0,73	0,62
RENTABILIDADE DAS VENDAS <sup>(2)</sup>	%	7,1	3,6
RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS <sup>(3)</sup>	%	6,1	3,2

<sup>(1)</sup> Capital Próprio / Activo Total Líquido

<sup>(2)</sup> Resultados Operacionais/Prestação de Serviços

<sup>(3)</sup> Resultados Líquidos / Capitais Próprios

## 1. INTRODUÇÃO

A APVC – Administração do Porto de Viana do Castelo, SA, teve em 2010 o seu segundo ano efectivo de funcionamento, após publicação do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro, que criou a empresa sobre a forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos assegurados pela APDL que é, assim, o seu único accionista.

Ao contrário do que aconteceu o ano passado, é agora possível estabelecer comparação com o ano anterior, o ano de 2009, não só em termos de movimentação e estatística portuária como, também, em relação a indicadores de gestão, financeiros e outros.

A primeira constatação que se pode fazer relaciona-se com o importante aumento de tráfego, sobretudo no movimento de mercadorias que cresceu, em relação ao ano anterior, 29,7%. O crescimento no número de navios e no GT não foi tão significativo porque, tendo aumentado os custos dos fretes marítimos nos mercados internacionais, os navios passaram a transportar maior volume de carga por viagem com vista a obterem economias de escala no transporte.

Tendo ficado definido, no decurso do primeiro ano, o modelo organizacional e a estrutura de gestão da empresa, logo se consolidaram, durante o ano de 2010, as tarefas e áreas de trabalho que podem ser partilhadas com a APDL e aquelas em que a APVC tem capacidade de decisão e execução autónoma. A APVC é uma empresa que tira partido de uma gestão em rede, aproximando o seu paradigma funcional o mais possível do seu accionista único, mas utilizando a autonomia para se ajustar às diferentes condições de operação, de exploração e das características do mercado no hinterland portuário.

O “Plano de Acção para a Modernização e Melhoria da Competitividade do Porto de Viana do Castelo” 2009-2016, elaborado pelo Eng.º Professor José Luís Estrada Llaquet teve apresentação pública, logo no início do ano, contando, entre outros, com a presença dos senhores Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Secretário de Estado dos Transportes. Nele está definida uma estratégia de médio prazo para o PVC – Porto de Viana do Castelo capaz de tirar partido de infra-estruturas de elevado potencial mas servidas por equipamento obsoleto, contrariar a continuada perda de carga que se registou nos últimos anos e repor, com prioridade, a acessibilidade marítima. No Plano estão identificadas as bases para a recuperação do porto comercial e a sua projecção no território de influência.

Os objectivos da Empresa definidos e aprovados no Plano de Acção 2009-2016 são os de atingir a sustentabilidade através do aumento da movimentação de cargas, a fixação dos actuais clientes e a conquista de novos clientes e cargas, equilibrar a relação entre cargas e descargas e concessionar, numa primeira fase, tudo aquilo que possa melhor ser feito por privados.

É o caso da concessão das marinas, junto ao casco histórico da cidade, processo iniciado em Maio de 2010 e que se presume possa confirmar-se no primeiro trimestre de 2011 por período de 30 anos.

O ano de 2010 ficou marcado como aquele em que se iniciou o crescimento no movimento de cargas, se recuperou a confiança dos nossos clientes tradicionais e foram alcançadas condições para conquistar novos clientes e novas cargas. Não obstante as dificuldades que a situação internacional, nos mercados financeiros, trouxe ao comércio marítimo que quase instantaneamente se ressentiu disso, o PVC reagiu à crise, aumentou em quase 30,0% o movimento comercial, melhorou as receitas, conteve os custos e equilibrou as contas, vindo a obter um resultado final positivo.

A avaliação da situação económico-financeira da APVC, tendo por base a informação da anterior entidade gestora e os estudos elaborados por entidades independentes no âmbito da sua constituição e as projecções efectuadas para o triénio, demonstrou a impossibilidade da empresa gerar benefícios económicos futuros, no curto e médio prazo.

Porém, o generoso crescimento na movimentação comercial verificado durante 2010 e que havia começado a registar-se desde Outubro de 2009, permitiram fechar o ano com números que o Plano de Acção, mais atrás referido, estimava apenas alcançar em 2012.

Este facto teve um impacto importante nas contas da empresa que fechou o exercício de 2010 com valor positivo e acima do que estava previsto em orçamento.

A empresa estima que o crescimento se volte a verificar durante o próximo ano de 2011, embora com um ritmo menos acelerado e com a expectativa de aproximar ainda mais a relação percentual entre as mercadorias importadas e as mercadorias exportadas no cômputo geral de toda a carga movimentada pelo PVC.

Durante o ano de 2010 esta relação foi de, respectivamente, 66% e 34% quando havia sido, em 2009, de 73% e 27%.

## **2. A EMPRESA EM 2010**

Durante o ano de 2010 a APVC desenvolveu um conjunto de actividades que lhe permitem chegar ao final do ano com:

- Um perfil estratégico construído a partir da sua missão e objectivos estratégicos;
- A acessibilidade marítima reposta e a garantir boas condições de segurança;
- Um conjunto de investimentos estruturados para o futuro próximo;



- A construção de uma nova imagem que está a ser percebida pelo mercado.

No âmbito da estratégia e Plano de Acção apresentados no início do ano, concretizou-se que a missão do Porto de Viana do Castelo (PVC) será:

*“Servir os seus clientes e tráfegos existentes, criando as melhores condições para o serviço prestado, que facilitem a recuperação e a captação de novas cargas, assim como as condições de localização de actividades económicas de forma integrada e sustentável”*

Apesar de um âmbito alargado, fica claro que a finalidade do Porto de Viana do Castelo será a de se concentrar nas cadeias logísticas dos clientes que hoje serve, procurando aumentar a sua relevância nessas cadeias logísticas e ser um factor de atracção e localização de novas actividades económicas.

Os objectivos gerais de desenvolvimento do porto de Viana do Castelo estão definidos segundo seis grandes linhas estratégicas:

- Crescimento do tráfego com base na fidelização dos tráfegos actualmente existentes, pela captação de novos tráfegos e na progressiva integração nos projectos logísticos da região;
- Ter boas condições de operação e ser eficiente na manipulação das cargas que passam pelo Porto de Viana do Castelo;
- Ser auto-suficiente do ponto de vista económico mantendo a disponibilidade de ajudas nacionais e comunitárias para os investimentos;
- Aumentar a oferta de infra-estruturas através do apetrechamento do porto com novos equipamentos de movimentação de cargas e melhorar os acessos marítimos e terrestres;
- Ser competitivo nos preços praticados e, cumprindo com rigor as regras de concorrência e sem perder de vista a sustentabilidade financeira, fazer dos preços baixos um factor de competitividade;
- Integrar-se na envolvente urbana e natural, rentabilizando a exploração do património que constitui o domínio público marítimo (DPM) partilhado com o meio urbano.

Estes objectivos amarram o PVC ao dever de crescer e aumentar as suas receitas. Deverá fazê-lo, num primeiro momento, através da sua eficiência, da competitividade dos preços praticados, do apoio público para a globalidade dos investimentos necessários e da procura de receitas na gestão dominial. Posteriormente, a afirmação do Porto passará pela conquista progressiva de uma autonomia e dimensão que lhe possibilite concessionar a operação portuária, aumentar a oferta infra-estrutural e de equipamentos e reforçar a relação com a cidade aproveitando o potencial de receitas que possam advir de uma gestão criteriosa dos espaços dominiais.

Foi com base nestes pressupostos que no ano de 2010, para além de um conjunto alargado de decisões de gestão interna que visaram controlar com rigor o quotidiano da empresa, se tomaram um conjunto de decisões com impacto na comunidade:

- A execução das dragagens necessárias ao restabelecimento das condições de segurança para a navegação;
- A próxima concessão, por 30 anos, das marinas da margem direita do Lima, na frente da cidade;
- O concurso para a construção do novo porto de pesca, libertando a marina atlântica para fins mais urbanos e em consonância com os desígnios estratégicos da Autarquia;

Com estas intervenções, o PVC começou a ser procurado por potenciais clientes, bem como a ser considerado como um parceiro relevante para a cidade e a comunidade inter-urbana.

A edição do Guia do Porto e o site da APVC são formas de contactar com o exterior que dão uma melhor imagem do porto de mar, bem como o início do esforço de contacto com clientes actuais e potenciais.

A aprovação do Plano de Marketing vai ter tradução na entrada em funcionamento da Comunidade Portuária e num seguimento mais próximo e sustentado dos nossos clientes conhecendo com rigor o seu grau de satisfação e de como evoluir centrados na melhoria dos processos e no incremento da qualidade.

### **3. ACTIVIDADE PORTUÁRIA**

#### **Enquadramento**

O porto de Viana do Castelo registou em 2010 um significativo acréscimo da sua actividade, quer no que respeita à movimentação global de mercadorias quer no que se refere ao número de navios que escalaram o porto. Este aumento, da ordem das 118.082 toneladas nas mercadorias movimentadas e de 32 em número de navios que escalaram o porto, justificou-se principalmente pelos reflexos decorrentes do acréscimo do comércio com países comunitários e extra-comunitários.

#### **Movimento de Navios**

Em 2010, escalaram o porto de Viana do Castelo 199 navios, número que representa um crescimento de 19% face ao ano de 2009. Em termos de arqueação bruta (GT), alcançou-se as 889.468 GT em 2010, reflectindo um ligeiro acréscimo de 4% face ao ano anterior.

Navios	2010		2009		Var. % 10/09	
	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT
Nacionais	44	127.234	56	166.026	-21,40%	-23,40%
Estrangeiros	155	762.234	111	688.983	39,60%	10,60%
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>889.468</b>	<b>167</b>	<b>855.009</b>	<b>19,20%</b>	<b>4,00%</b>

### Movimento de Mercadorias

O porto de Viana do Castelo movimentou durante o ano de 2010 um total de 524.140 toneladas, ganhando 29% face ao ano anterior.

### Comércio Externo do Porto de Viana do Castelo

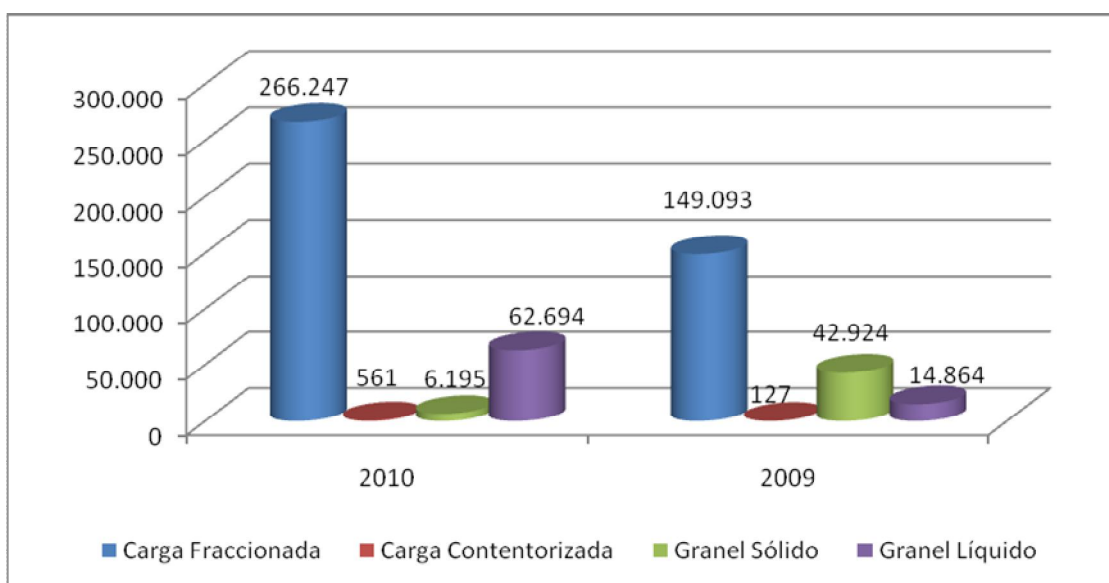
O comércio internacional de Viana do Castelo atingiu 423.996 toneladas em 2010 tendo-se registado um aumento de 58% face ao ano anterior, determinado pelo bom desempenho, quer das importações (mais 57%) quer das exportações (mais 59%).

	2010	2009	Var. % 10/09
Importação	252.367	160.332	57,40%
Exportação	171.629	107.695	59,40%
<b>Total</b>	<b>423.996</b>	<b>268.027</b>	<b>58,20%</b>

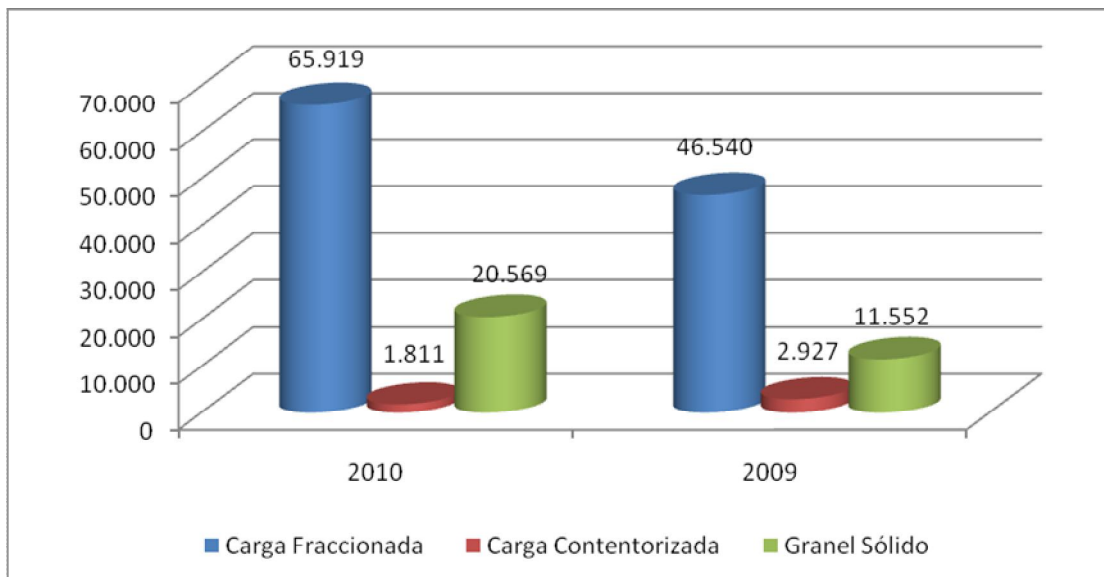
Unidade: Ton

No que concerne à evolução dos tráfegos intra e extra-comunitários de Viana do Castelo, por tipos de carga, observe-se os gráficos seguintes:

### TRÁFEGO PORTUÁRIO INTRA-COMUNITÁRIO (TON)



## TRÁFEGO PORTUÁRIO EXTRA-COMUNITÁRIO (TON)



Em 2010, o contributo dos mercados intra-comunitários para a estrutura do padrão do tráfego portuário internacional de Viana do Castelo aumentou face ao ano anterior (79% em 2010 face a 77% em 2009) em detrimento dos mercados extra-comunitários (21% em 2010 face a 23% em 2009).

Neste mesmo ano assiste-se a um aumento do tráfego portuário com a União Europeia (mais 62%) motivado pelo crescimento verificado no movimento de todos os tipos de carga à excepção dos granéis sólidos. Quanto ao tráfego portuário com países terceiros, regista-se também um aumento de 45%, induzido, essencialmente, pelo crescimento de 42% na movimentação de carga fraccionada e de 78% nos granéis sólidos.

De seguida, apresenta-se um quadro que exhibe o *ranking* dos países, cujos portos assumiram maior relevância no tráfego portuário (carga/descarga) com Viana do Castelo:

### MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Origem e destino do tráfego portuário	2010	2009	Var. % 10/09
França	173.710	87.913	97,60%
Holanda	56.787	31.034	83,00%
Alemanha	37.493	25.419	47,50%
Itália	36.917	20.391	81,00%
Congo República Dem.	32.581	19.316	68,70%
Camarões	31.650	15.100	109,60%
Espanha	20.171	34.385	-41,30%
Turquia	13780	1.526	803,00%
Irlanda	10.619	0	-
Egipto	6.789	10.026	-32,30%
Gabão	1.459	4.181	-65,10%
Brasil	1.354	6.231	-78,30%
Outros países	686	12.505	-94,50%
Comércio externo	<b>423.996</b>	<b>268.027</b>	<b>58,20%</b>
Continente e Regiões Autónomas	<b>100.144</b>	<b>138.031</b>	<b>-27,40%</b>
<b>Total</b>	<b>524.140</b>	<b>406.058</b>	<b>29,10%</b>

*Unid. Ton.*

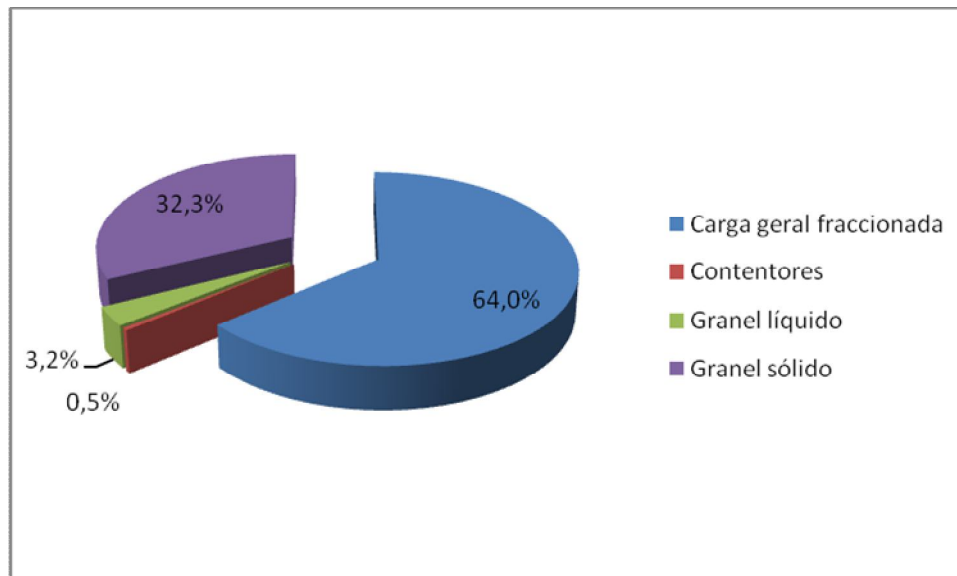
Em 2010, os portos da França reforçaram a liderança que detinham no ano anterior relativamente ao tráfego portuário com Viana do Castelo, tendo aumentado 98% face ao período homólogo. Por sua vez os portos da Holanda subiram do 3.º lugar para o 2.º, ao passo que a Espanha perdeu terreno, caindo do 2.º lugar do ranking de 2009, para o 7.º lugar em 2010, reflexo de uma quebra superior a 41% directamente relacionada a diminuição das importações e das exportações de granéis sólidos e líquidos.

No que diz respeito aos principais portos de origem das mercadorias descarregadas no porto de Viana do Castelo, os portos de França, Congo, Camarões, Alemanha e Espanha mantiveram a sua posição preponderante.

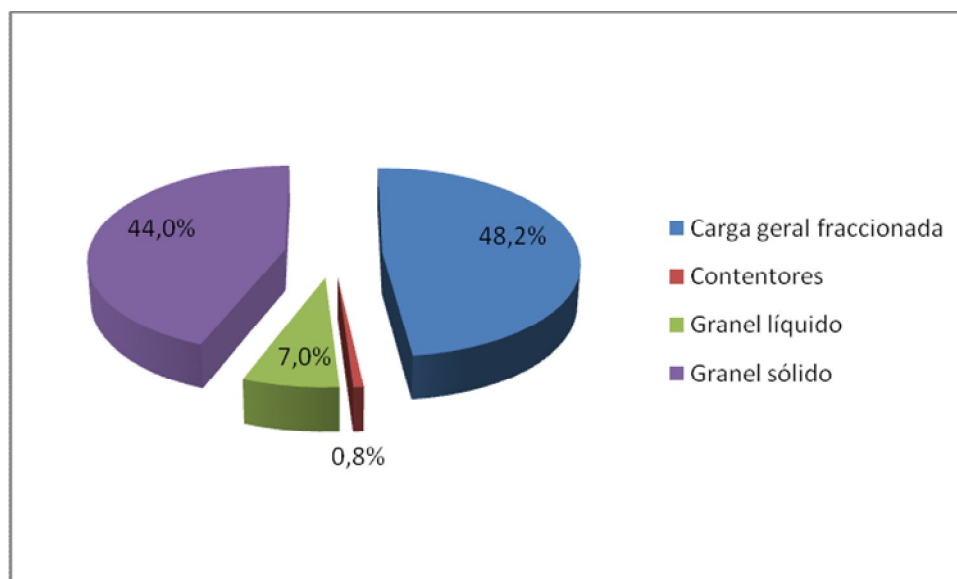
No que concerne aos portos de destino, em 2010, os portos da Holanda, França, Itália, e Alemanha continuaram a ocupar uma posição preponderante no movimento de mercadorias carregadas no porto de Viana do Castelo.

Analisando a movimentação global de mercadorias segundo tipo de acondicionamento de carga, podemos observar que em 2010, a distribuição por tipo de carga alterou sensivelmente face ao período homólogo de 2009, ou seja, o peso da carga geral fraccionada registou 64% e 48%, os granéis líquidos 3% e 7% e, finalmente, os granéis sólidos os 32% e os 44%, respectivamente, e a carga contentorizada continua abaixo de 1%.

## MOVIMENTO GLOBAL DE MERCADORIAS EM 2010



## MOVIMENTO GLOBAL DE MERCADORIAS EM 2009



### Carga Geral Fraccionada

Invertendo a tendência do último ano, a carga geral fraccionada registou em 2010, uma forte subida de 139.713 toneladas face ao ano transacto, movimentando um total de 335.346 toneladas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das mercadorias mais relevantes em termos de movimentação neste segmento de carga.

Mercadorias	2010	2009	Var. % 10/09
Madeira e toros	205.093	110.550	85,50%
Papel	91.485	67.659	35,20%
Equipamento eólico	24.279	281	8540,20%
Aço / Ferro	13.866	15.973	-13,20%
Mercadoria diversa	623	1.170	-46,80%
<b>Total</b>	<b>335.346</b>	<b>195.633</b>	<b>71,40%</b>

*Unid. Ton.*

Em 2010, verificou-se um crescimento em quase todas as mercadorias, com exceção do aço/ferro e de mercadoria diversa. A madeira e toros, o papel e o equipamento eólico totalizaram no seu conjunto um acréscimo de 142.367 toneladas.

Verifica-se ainda que as duas principais cargas movimentadas (madeira e toros, papel) representam 88% do tráfego movimentado neste segmento de carga.

### Granéis Sólidos

O Porto de Viana do Castelo movimentou 169.505 toneladas de granéis sólidos em 2010, contabilizando um decréscimo de 9.299 toneladas em relação ao ano anterior.

No quadro seguinte pode-se observar a evolução dos principais granéis sólidos movimentados em Viana do Castelo.

Mercadorias	2010	2009	Var. % 10/09
Cimento	95.522	132.154	-27,70%
Caulino	53.176	27.951	90,20%
Cinzas	7.804	0	-
Adbos compostos	7.107	6.200	14,60%
Coque	4.696	12.300	-61,80%
Barro clay / Seix. Quart.	1.200	0	-
Argila	0	199	-100,00%
<b>Total</b>	<b>169.505</b>	<b>178.804</b>	<b>-5,20%</b>

*Unid. Ton.*

Nos granéis sólidos verificou-se uma forte diminuição em algumas mercadorias, com exceção do caulino, das cinzas e dos adubos. O acréscimo destas três mercadorias mostrou-se insuficiente para fazer face à quebra de 43.235 toneladas originada pelas restantes naturezas de mercadoria, em especial do cimento em que se registaram menos 36.632 toneladas. Esta carga apesar de ter caído 28%, ainda assim continua a ser a mais representativa neste segmento de carga.

## Granéis Líquidos

O movimento de granéis líquidos no porto de Viana do Castelo registou, em 2010, uma diminuição de 11.650 toneladas face ao ano anterior.

Mercadorias	2010	2009	Var. % 10/09
Asfalto a granel	16.917	28.567	-40,80%
<b>Total</b>	<b>16.917</b>	<b>28.567</b>	<b>-40,80%</b>

Unid. Ton.

Em 2010, o movimento de granéis líquidos no porto de Viana do Castelo, mais concretamente de asfalto, verificou um forte decréscimo de 41%.

## Porto Industrial, concessão dos Estaleiros Navais

Em 2010 o movimento de navios nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, referente a navios que escalaram o porto para reparação, registou um desvio positivo de aproximadamente 7% face ao ano transacto. Ao nível das manobras na bacia e cais dedicados, o número das mesmas foi inferior em 26% face ao verificado em 2009.

	2010	2009	Var. % 10/09
<b>REPARAÇÕES</b>			
N.º Navios	33	31	6,50%
<b>MANOBRAS</b>			
Número	127	172	-26,20%

## Docas de Recreio

Em 2010, as docas de recreio de Viana do Castelo registaram um ligeiro crescimento de 4% em termos de movimento de embarcações passantes, e de 1% no que concerne às embarcações permanentes, face a igual período de 2009.

Embarcações	2010			2009			Var. % 10/09
	Lanchas	Veleiros	Total	Lanchas	Veleiros	Total	
Passantes	15	633	648	55	571	626	3,50%
Permanentes	1.537	204	1.741	1.522	198	1.720	1,20%

Distribuídas entre lanchas e veleiros, pelo porto de Viana do Castelo, passaram em 2010 um total de 648 embarcações, no que respeita ao movimento de embarcações permanentes, verifica-se que o mesmo se fixou em 1.741 embarcações.



## Porto de Pesca

	2010	2009	Var. % 10/09
Toneladas	1.840	2.024	-9,10%
Valor (1.000 euros)	3.183	2.736	16,30%

Durante o ano de 2010 foram descarregados no porto de pesca de Viana do Castelo 1.840 toneladas de pescado, o que se traduziu numa quebra de 9% face ao registado no ano anterior. Quando ao valor do pescado transaccionado em lota, e invertendo o decréscimo da quantidade, o mesmo sofreu um crescimento acentuado da ordem de 16%.

## 4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

### Recursos Humanos

O quadro de pessoal da empresa é composto por um total de 46 pessoas, sendo 45 efectivos e um elemento adicional requisitado para o exercício do cargo de Director-Coordenador, sob a dependência hierárquica do Conselho de Administração.

Quadro de pessoal	2010	2009	Variação
Efectivos	45	45	0,0%
Activos	46	46	0,0%

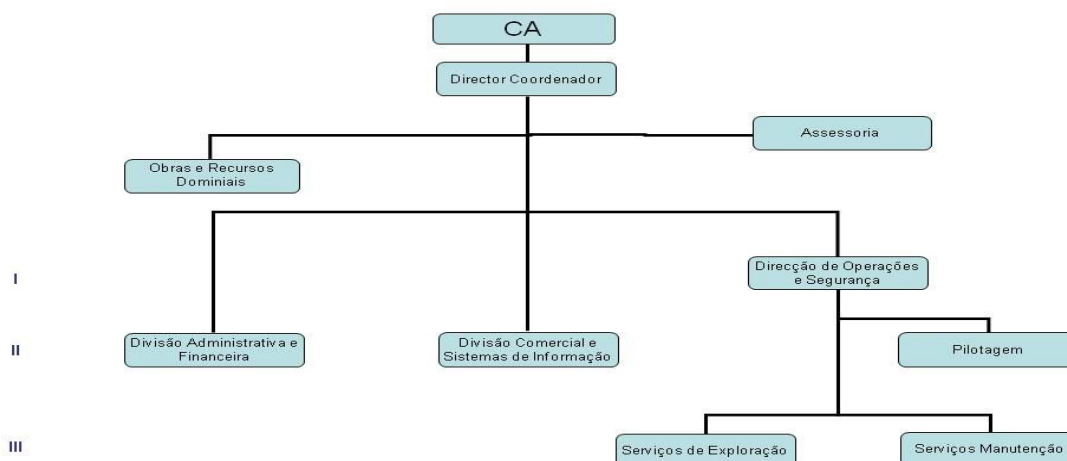
*Efectivos: Trabalhadores com vínculo permanente à Empresa*

*Activos: Totalidade dos recursos humanos disponíveis*

O Conselho de Administração da APVC, S.A. é constituído, por inerência, pelos Administradores do seu accionista, a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., embora sem direito a qualquer remuneração adicional.

O quadro de pessoal e organigrama tem uma estrutura simples, com o menor número possível de escalões hierárquicos:

### Administração do Porto de Viana do Castelo, SA



A afectação do pessoal por áreas é a seguinte:

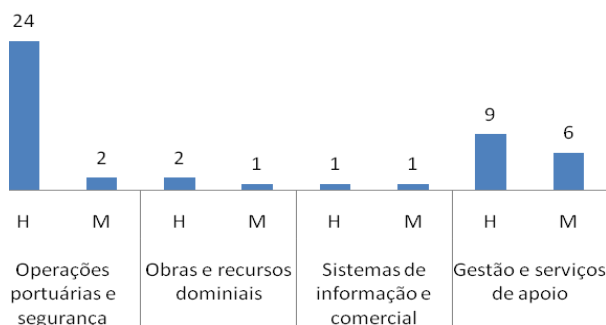
Activos por áreas operacionais	2010	2009	Variação
Operações portuárias e segurança	26	26	0,0%
Obras e recursos dominiais	3	3	0,0%
Sistemas de informação e comercial	2	2	0,0%
Gestão e serviços de apoio	15	15	0,0%
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>0,0%</b>

Do total dos activos, 57% estão afectos à área operacional.

Os activos por género são os seguintes:

Activos por género	2010	2009	Variação
Homens	36	36	0,0%
Mulheres	10	10	0,0%
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>0,0%</b>

### Distribuição por áreas e género



O regime de trabalho reflecte a afectação dos recursos às diferentes áreas, nomeadamente a isenção de horário de trabalho para o pessoal afecto às áreas de exploração portuária.

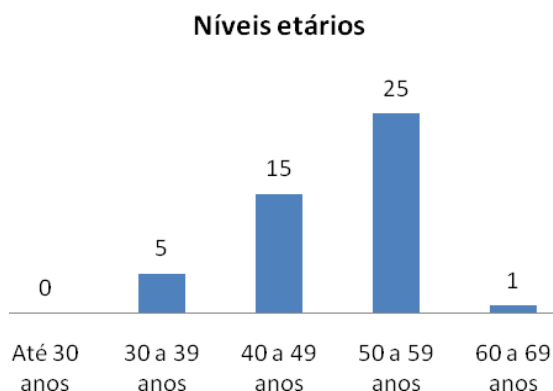
Regime de trabalho	2010	2009	Variação
Horário normal fixo	13	13	0,0%
Isenção de horário de trabalho	33	33	0,0%
	46	46	0,0%

Em termos de habilitações académicas, a maioria dos trabalhadores possuem habilitações correspondentes ao ensino secundário, embora 26% detenham algum grau correspondente ao ensino superior. Adicionalmente, os trabalhadores das áreas operacionais possuem, nos casos em que isso se torna obrigatório, as habilitações profissionais necessárias para o exercício das respectivas funções.

Habilitações	2010	2009	Variação
Ensino básico	4	4	0,0%
Ensino secundário	30	30	0,0%
Ensino superior politécnico/universitário	12	12	0,0%
	46	46	0,0%

O nível etário médio é de 49 anos, encontrando-se assim distribuído:

Níveis etários	2010	%	2009	%	Variação
Até 30 anos	0	0,0%	1	2,2%	-100,0%
30 a 39 anos	5	10,9%	7	15,2%	-28,6%
40 a 49 anos	15	32,6%	14	30,4%	7,1%
50 a 59 anos	25	54,3%	24	52,2%	4,2%
60 a 69 anos	1	2,2%	0	0,0%	
	46	100,0%	46	100,0%	0,0%



## Gastos com o pessoal - Estrutura

Os gastos com pessoal estão indicados no seguinte quadro:

Estrutura de gastos com pessoal	2010	2009	Varição
<b>(1) Remunerações e encargos</b>			
Remuneração dos corpos sociais (i)	11.190	11.195	0,0%
Remunerações certas e permanentes	1.269.510	1.444.321	-12,1%
Trabalho extraordinário	57.944	38.313	51,2%
Subsídio de turno	113.662	115.100	-1,2%
Subsídio IHT	146.400	129.933	12,7%
Outras remunerações	142.186	136.247	4,4%
Outros gastos com pessoal	36.547	6.543	458,6%
Encargos sobre remunerações	267.251	290.289	-7,9%
	<b>2.044.690</b>	<b>2.171.941</b>	<b>-5,9%</b>
<b>(2) Prestações sociais</b>	<b>30.074</b>	<b>24.183</b>	<b>24,4%</b>
<b>Total...</b>	<b>2.074.764</b>	<b>2.196.124</b>	<b>-5,5%</b>

(i) Remuneração do Fiscal Único

Em 2009, os custos com pessoal (essencialmente indicados nas rubricas de remunerações certas e permanentes) foram inflacionados pelo facto de a APVC ter assumido a responsabilidade pelos custos referentes ao subsídio de férias e encargo do mês de férias do pessoal que, na verdade, constituiriam gastos com o pessoal da anterior entidade gestora do porto no ano de 2008.

No ano de 2010 foi celebrado um aditamento ao protocolo sobre o regime de trabalho operacional no porto comercial, com o objectivo de reforçar a mobilidade e disponibilidade dos trabalhadores para o exercício de tarefas em regime de polivalência, consubstanciando-se numa actualização do subsídio de isenção de horário de trabalho.

Em termos de absentismo, foi registado em 2010 um total de 392 faltas, representando um aumento de 78% relativamente a 2009. Este acréscimo acentuado deveu-se, por um lado, a uma situação de baixa prolongada por doença e, por outro, aos efeitos da greve geral realizada em 24.11.2010:

Faltas	N.º
Doença	294
Greve	35
Outras	63
	<b>392</b>

## 5. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

No âmbito do “Plano de Acção para a Modernização e Melhoria da Competitividade do porto de Viana do Castelo”, o ano de 2010 arrancou com a realização de uma sessão pública, para a apresentação daquele Plano Estratégico, a qual foi presidida por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações.

O Plano prevê nas suas linhas estratégicas acções de carácter comercial. Estas acções de carácter mais específico foram incluídas num Plano Comercial para o biénio de 2010/2011, o qual prevê um conjunto alargado de objectivos os quais têm como público alvo os colaboradores da APVC, os actuais e potenciais clientes, a comunidade portuária e os parceiros de negócio, a comunidade local, a comunicação social e, ainda, líderes de opinião, escolas/universidades.

Durante o ano foram desenvolvidos diversos instrumentos promocionais para a divulgação e promoção do Porto de Viana do Castelo, visando dar a conhecer as actividades da empresa e a promoção dos serviços portuários, dos quais se destacam: a edição do Guia do Porto 2010/2011; a elaboração de uma brochura promocional; a edição de uma newsletter com carácter bimensal e a divulgação de diversas notícias sobre a forma de notas de imprensa.

A imagem institucional da APVC, S.A., tem tido divulgação como imagem de marca e no sentido de aumentar o seu nível de notoriedade junto dos diversos públicos alvo.

Na vertente promocional e relações públicas foi organizada a sessão de apresentação e divulgação pública do “Plano de Acção para a Modernização e Melhoria da Competitividade do Porto de Viana do Castelo” 2009-2016, elaborado pelo Eng<sup>o</sup> Professor José Luís Estrada Llaquet, presidida pelo Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações Prof. Dr. António Mendonça e pelo senhor Secretário de Estado dos Transportes, Prof. Dr. Carlos Correia da Fonseca.

Durante o ano foram desenvolvidas diversas tarefas preparatórias de um trabalho de divulgação e promoção do Porto de Viana do Castelo, visando dar a conhecer as actividades da empresa (corporate image) e a promoção dos serviços portuários. Das tarefas desenvolvidas salienta-se a divulgação da primeira Newsletter do PVC.

## **6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

### **Janela Única Portuária**

A Janela Única Portuária é uma aplicação informática de gestão portuária, totalmente automatizada, que interliga os operadores económicos com os organismos oficiais, para efeitos de registo de todos os procedimentos e formalismos legais aplicáveis à entrada/saída de navios e à movimentação de mercadorias.

O ano 2010 foi marcado pela entrada em funcionamento no dia 1 de Outubro de 2010, em ambiente de produção, da Janela Única Portuária, de início em paralelo com a entrega dos documentos em papel às entidades. Também em Outubro de 2010 foi assinado um protocolo, entre a APVC e a DGAIEC – Direcção Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo, no qual ficou acordado que a tramitação documental, inerente ao despacho de navios e mercadoria, passa a ser entregue pela via electrónica a partir do dia 1 de Janeiro de 2011.

Instituir a filosofia de Janela Única Portuária no porto de Viana do Castelo alicerçada na sua ligação ao Sistema Integrado dos Meios de Transporte e da Declaração Sumária da Direcção-Geral das Alfândegas – SDS, foi uma medida da maior importância. Com esta medida, os agentes económicos que operam no porto de Viana do Castelo passaram a relacionar-se com as autoridades portuária e aduaneira através de um único canal electrónico, pelo qual tratam todos os processos administrativos para o célere despacho de mercadorias e navios.

### **Implementação do Safe Sea Net 2**

Face à publicação de legislação na qual os portos estão obrigados a implementarem um sistema de acompanhamento e de informação do tráfego de navios, a fornecer informações com vista ao controlo do estado do porto (Port State Control) e aos requisitos da Base de Dados Nacional de Navegação Marítima, o porto de Viana do Castelo adjudicou, em finais de 2010, um módulo de software, para integração na Janela Única Portuária, de forma a dar cumprimento às exigências legais a que estamos obrigados, na qualidade de Administração Portuária.

### **Sistema Portátil para a Monitorização de Navios e Embarcações**

Durante o ano de 2010, testou-se com sucesso o sistema portátil para a monitorização de navios e embarcações. Este sistema recorre a vários equipamentos e tecnologias de última geração para poder responder às necessidades práticas e de robustez impostas pela realização de operações de monitorização de dragas em tempo real, que se encontrem a efectuar trabalhos nas imediações do porto de Viana do Castelo. Com este aplicativo os dados com as coordenadas da draga são adquiridos em tempo real e com a posição da sua linha de flutuação, o que possibilita determinar a variação do peso total do navio entre quaisquer duas posições ou quaisquer dois instantes de interesse, e consequentemente inferir os volumes de materiais dragados.

### **Gestão de Ocupações Dominiais**

Após o desenvolvimento e instalação do módulo de gestão de ocupações dominiais, o qual assenta em duas componentes principais: uma componente de enquadramento do processo de gestão de ocupações dominiais, designada autorizações e processos, a partir do qual são conduzidas todas as acções de consulta e carregamento da informação, e outra componente dedicada aos elementos cadastrais onde são armazenados todos os dados e informações relativas ao cadastro portuário, durante o ano de 2010 deu-se por concluído todo o processo relacionado com este módulo do SiGAP, tendo o mesmo encerrado com a ocorrência de duas sessões de formação as quais habilitaram os utilizadores do aplicativo a operar com o mesmo.

## 7. INVESTIMENTO

Em 2010 os investimentos totalizaram 427 mil euros, de acordo com a seguinte composição:

Rubricas	Aumentos (Euros)
Equipamento básico	347.730
Equipamento administrativo	18.542
Activos fixos tangíveis em curso	60.954
	<b>427.226</b>

É de destacar, pela sua importância e magnitude, a finalização da construção da nova lancha de pilotagem “Roncador”, com um investimento total de 599 mil euros, dos quais 50% realizados no exercício de 2010. Desse valor, 554,5 mil euros tiveram contrapartida financeira através de verbas do PIDDAC.

Ainda no âmbito do PIDDAC, foi dada continuidade ao processo de construção do acesso rodoviário ao porto comercial de Viana do Castelo, ainda na fase de expropriações, e também teve início a execução financeira do projecto relativo ao porto de pesca. Neste último caso, após a realização do respectivo projecto, e no seguimento de concurso público promovido pela APVC, foi adjudicada a empreitada de “estacionamento da frota de pesca” pelo valor total de 1.989 milhares de euros, com um prazo de execução de 243 dias. Este projecto tem participação financeira aprovada do PROMAR, a 75%, e do PIDDAC, pelos restantes 25%.

As fontes de financiamento dos investimentos realizados em 2010 foram as seguintes:

Fontes de financiamento	Valor (Euros)
Autofinanciamento	111.272
PIDDAC	315.954
	<b>427.226</b>

Por outro lado, a evolução dos subsídios de investimento transferidos para a APVC, nestes dois últimos anos, é a constante do seguinte quadro:

fontes de financiamento	Fontes de	2010 (Euros)	2009 (Euros)
PIDDAC		555.000	2.392.975
		<b>555.000</b>	<b>2.392.975</b>

Dos investimentos realizados através de meios financeiros próprios, para além da já mencionada parcela referente à lancha “Roncador”, de 44,5 mil euros, destacam-se os seguintes:

- Reabilitação do batelão “Porto Limpo”, visando a obtenção do respectivos certificado de navegabilidade, pelo valor total de 43 mil euros;
- Equipamentos informáticos, no montante de 16 mil euros.

## 8. IMPARIDADE

Pelo Decreto-Lei de constituição, transitaram para a APVC a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., afectos ou que diziam respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente viaturas, embarcações e demais equipamentos. Pelo mesmo artigo, ficaram também afectos à APVC todos os bens imóveis edificados pelo IPTM dentro da área do domínio público, ainda que sem descrição ou inscrição predial. Sobre a generalidade dos bens acima referidos foi efectuada uma avaliação patrimonial por entidades independentes, que teve por base o método do “Valor em Uso Continuado”, da qual resultou um valor de avaliação de 56.071 milhares de euros.

Foram ainda considerados os activos destacados da esfera do IPTM, I.P. e não sujeitos a avaliação patrimonial, ao custo de aquisição, deduzido das depreciações entretanto registadas desde sua aquisição. Estes ascendiam a 1.179 milhares de euros.

No decorrer do exercício de 2009, conforme preconizado no artigo 21º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro, a APVC submeteu para aprovação a avaliação patrimonial aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes. Tal aprovação veio a ocorrer no decurso de 2010, através de despacho conjunto, no montante global de 57.250 milhares de euros.

Em 2009, e paralelamente ao reconhecimento e valorização do património da nova empresa, foi efectuada uma análise económico-financeira da APVC que revelou uma estrutura fortemente marcada pela diminuição do movimento portuário (com impacto directo nos proveitos gerados) e por uma estrutura de custos fixos muito elevada, cuja principal componente são os custos com pessoal, notoriamente insuficiente enquanto geradora de resultados que contrabalançasse as elevadas depreciações, decorrentes dos activos anteriormente referidos.

Neste cenário, em que a APVC não é capaz de gerar benefícios económicos futuros, e indo de encontro às melhores praticas contabilísticas, foi registada, no início de 2009, uma perda por imparidade pelo montante global do activo reconhecido.

Decorrido o primeiro ano de actividade, com um mais profundo conhecimento da actividade do porto de Viana do Castelo e tendo por base o “Plano de Acção para a Modernização e Melhoria da Competitividade do Porto de Viana do Castelo, 2009-2016”, foi elaborado um novo estudo sobre as Demonstrações Financeiras Previsionais da APVC para o período 2010-2019. Esse estudo, com referência a 31 de Dezembro de 2009, permitiu determinar o valor do negócio, cifrado em 1.625 milhares de euros, e, conseqüentemente, o registo de uma perda por imparidade no montante de 55.965 milhares de euros (cerca de 98%).



Neste último ano procedeu-se à elaboração de um novo estudo, reportado a 31 de Dezembro de 2010, o qual, em face de um desempenho económico mais favorável do que o originalmente previsto, conduziu à estimativa de um valor de negócio superior, pelo que se registou uma reversão no valor das perdas por imparidade acumuladas. A essa data, ao valor de negócio de 2.721 milhares de euros, correspondendo a uma imparidade de 50.918 milhares de euros.

## **9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**

Em continuidade ao registado já em 2009, o ano de 2010 pautou-se por uma evolução positiva face às previsões consubstanciadas no Plano de Actividades e Orçamento para 2010 (os resultados líquidos do exercício atingiram os 300 mil euros face à projecção de prejuízos de 55 mil euros).

Também relativamente ao exercício de 2009 os resultados líquidos foram superiores em mais de 195 milhares de euros.

Este crescimento dos resultados líquidos afectou positivamente o valor de negócio da APVC, o qual, reportado a 31 de Dezembro de 2009 e 2010, passou de 1.625 milhares de euros para 2.721 milhares de euros, respectivamente, com efeitos directos em termos de reversão de perdas por imparidade acumuladas.

A análise da performance da Empresa descrita abaixo tem por base a demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios de 2010 e 2009. Contudo, para uma melhor leitura da informação financeira, todos os efeitos relacionados com o reforço e/ou reversão de imparidades são excluídos do cálculo do EBITDA. Contudo, na demonstração dos resultados por naturezas, a imparidade sobre clientes, inventários e subsídios ao investimento, assim como as provisões constituídas nos exercícios em análise integram o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos.

Os resultados operacionais atingiram os 226 mil euros, correspondendo a um aumento de 116% face a 2009.

(valores expressos em euros)

Resultados Operacionais	2010	2009	Variação
<b>1. RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>			
Vendas	141	-	
Prestações de serviços	3.175.860	2.932.047	8,3%
Subsídios à exploração	1.294.250	426.675	203,3%
Outros rendimentos e ganhos	333.898	295.110	
<b>TOTAL 1...</b>	<b>4.804.149</b>	<b>3.653.832</b>	<b>31,5%</b>
<b>2. GASTOS OPERACIONAIS</b>			
CMV/MC	(70,08)	-	
Fornecimentos e serviços externos	(1.913.108,91)	(940.485)	103,4%
Gastos com o pessoal	(2.074.764)	(2.196.124)	-5,5%
Outros gastos e perdas	(98.652)	(61.456)	60,5%
<b>TOTAL 2...</b>	<b>(4.086.595)</b>	<b>(3.198.065)</b>	<b>27,8%</b>
<b>3. EBITDA</b>	<b>717.554</b>	<b>455.767</b>	<b>57,4%</b>
4. Reversões	1.525.150	2.089.211	-27,0%
5. Amortizações, depreciações, perdas por imparidade e provisões	(2.016.288)	(2.440.281)	-17,4%
<b>6. RESULTADOS OPERACIONAIS (EBIT)</b>	<b>226.416</b>	<b>104.698</b>	<b>116,3%</b>

Verificaram-se acréscimos substanciais nas componentes de “Subsídios à exploração” e “Fornecimentos e serviços externos”, ambos relacionados com o maior volume de dragagens (410 mil euros em 2009 enquanto que no ano de 2010 significaram gastos de 1.287 milhares de euros).

Analisando mais pormenorizadamente a rubrica de “Prestações de serviços”, verifica-se um acréscimo de 8% relativamente a 2009, aumentos extensíveis à quase generalidade das suas componentes, excepto nas rubricas da “TUP Navio” e “Fornecimentos e serviços diversos”. A redução da TUP Navio é explicada pelo facto de em 2009 estar registado a receita de um navio que permaneceu por um longo período (169 dias) nos Estaleiros Navais, representando uma receita de € 125.240, pelo que se isolarmos este facto, a TUP Navio aumenta cerca de 58%.

(valores expressos em euros)

Prestações de serviços	2010	2009	Variação
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>			
TUP Navio	340.337	373.114	-8,8%
Serviços de pilotagem	258.133	224.700	14,9%
Serviço de amarração	59.265	47.536	24,7%
Outros	39.052	18.032	116,6%
	<b>696.787</b>	<b>663.383</b>	<b>5,0%</b>
<b>SERVIÇOS PRESTADOS À MERCADORIA</b>			
TUP Carga	274.751	202.475	35,7%
Armazenagem	86.694	82.083	5,6%
Uso de equipamento terrestre	261.267	175.327	49,0%
Outros	70.023	47.090	48,7%
	<b>692.734</b>	<b>506.975</b>	<b>36,6%</b>
Concessões e usos dominiais	1.551.574	1.508.874	2,8%
Fornecimentos e serviços diversos	234.765	252.814	-7,1%
<b>TOTAL...</b>	<b>3.175.860</b>	<b>2.932.047</b>	<b>8,3%</b>

Em relação aos fornecimentos e serviços externos, apresentam-se no seguinte quadro as principais componentes desta rubrica, onde se destacam as dragagens. Refere-se que, dado o enorme esforço financeiro que envolve a realização de dragagens necessárias à manutenção das condições de navegabilidade e segurança na barra e canal de acesso ao porto comercial, e a óbvia incapacidade de geração dos necessários meios financeiros internos para a sua consecução, é essencial a disponibilização de verbas do PIDDAC como subsídios à exploração por parte do Estado, o que tem sido assegurado, tanto em 2009 como em 2010.

*(valores expressos em euros)*

Fornecimentos e serviços externos	2010	2009	Variação
Dragagens	1.287.000	410.000	213,9%
Electricidade	193.347	175.592	10,1%
Conservação e reparação (excepto dragagens)	164.568	89.595	83,7%
Água	63.206	63.300	-0,1%
Vigilância e segurança	61.946	61.479	0,8%
Comunicação	34.518	16.152	113,7%
Trabalhos especializados	27.418	77.538	-64,6%
Seguros	26.526	2.758	861,7%
Combustíveis	20.808	19.739	5,4%
Outros fornecimentos e serviços externos	33.771	24.332	38,8%
<b>TOTAL...</b>	<b>1.913.109</b>	<b>940.485</b>	<b>103,4%</b>

A formação dos resultados líquidos é evidenciada no seguinte quadro:

*(valores expressos em euros)*

Formação dos resultados líquidos	2010	2009	Variação
RESULTADOS OPERACIONAIS	226.416	104.698	116,3%
RESULTADOS FINANCEIROS	77.107	3.063	2417,0%
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>303.524</b>	<b>107.761</b>	<b>181,7%</b>
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	(2.937)	(2.533)	16,0%
<b>RESULTADOS LÍQUIDOS</b>	<b>300.587</b>	<b>105.228</b>	<b>185,7%</b>

Os resultados financeiros também apresentam um crescimento significativo, fruto dos excedentes de tesouraria que durante o exercício de 2010 foram, em média, na ordem dos 3 milhões de euros.

## Indicadores económico-financeiros

	2010	2009
<b>INDICADORES DE EFICIÊNCIA</b>		
CUSTOS OPERACIONAIS / EBITDA	5,70	7,02
CUSTOS COM PESSOAL / EBITDA	2,89	4,82
<b>INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO</b>		
DÍVIDA / CAPITAL PRÓPRIO	0,08	0,05
EBITDA / JUROS LÍQUIDOS	7.415,81	2.225,32
AUTONOMIA FINANCEIRA (CAPITAL PRÓPRIO / ACTIVO TOTAL LÍQUIDO)	0,73	0,62
SOLVABILIDADE (CAPITAL PRÓPRIO / PASSIVO TOTAL)	2,65	1,63
LIQUIDEZ (ACTIVO CIRC. + ACR. PROV.) / (PASSIVO C.P. + ACR. CUSTOS)	5,72	8,34
<b>PRAZOS MÉDIOS</b>		
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	51 dias	25 dias
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS	40 dias	31 dias
<b>INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO</b>		
MARGEM EBITDA	0,23	0,16
MARGEM EBIT	0,07	0,04
<b>INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO</b>		
RESULTADO LÍQUIDO / CAPITAL INVESTIDO	0,04	0,02
RESULTADO LÍQUIDO / CAPITAIS PRÓPRIOS	0,06	0,03

## 10. ÓRGÃOS DE GESTÃO

A APVC dispõe dos seguintes órgãos de gestão:

- A Assembleia-geral, presidida pelo Município de Viana do Castelo representado pelo Presidente da Câmara Municipal e secretariada pela Dra. Maria da Graça Lima Campos Gouveia Neves Miranda Lopes.
- O Conselho de Administração, que em função do Decreto-Lei que criou a empresa é o mesmo da Administração dos Portos do Douro e Leixões, presidido pelo Eng.º João Pedro Soeiro de Matos Fernandes e tendo como vogais o Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias e o Dr. Amadeu Ferreira Rocha.
- O Fiscal Único é a PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ROC, tendo como suplente José Manuel Henriques Bernardo.

## 11. GESTÃO DE RISCO

Os mecanismos de gestão do risco na APVC, que agora completa o seu segundo ano como empresa, estão ainda em fase de reavaliação.

Os riscos principais podem descrever-se da seguinte forma:

1. Um número reduzido de clientes é responsável por uma importante parcela da carga – este facto obriga a um acompanhamento muito próximo dos clientes para evitar o risco de perda;
2. Uma localização num espaço com grande valia ambiental – obriga a uma gestão cuidada da margem direita em proximidade com a autarquia e ao respeito das regras e legislação ambiental no sector comercial do porto;
3. Uma concorrência portuária forte – as tarifas da APVC são aprovadas pelo regulador, pelo que se confia que, em relação aos portos nacionais, a justiça das tarifas praticadas seja avaliada em conjunto com as dos restantes portos;
4. Uma actividade com riscos operacionais - dispõe de normas de Segurança Marítima e Portuária e de Plano de Protecção das Instalações Portuárias no âmbito do cumprimento do código ISPS (International Ship and Security Code).

## 12. PERSPECTIVAS FUTURAS

As perspectivas para o ano de 2011 são as de continuar e consolidar a recuperação da carga no Porto de Viana do Castelo, tendência que acreditamos se prolongará pelos anos seguintes.

Os valores considerados em orçamento, e que se reproduzem, parecem até ser conservadores em face dos contactos comerciais e dos volumes efectivamente registados no início de 2010.

Movimento	2010	2011	2012
<b>Navios</b>			
Número	199	215	250
Arqueação Bruta (GT)	889.468	1.911.000	1.114.000
<b>Mercadorias</b>			
Carga Fraccionada	335.346	386.000	402.000
Granéis Sólidos	169.505	195.000	203.000
Granéis Líquidos	16.917	19.000	20.000
Contentores	2.372	3.000	3.000
Total (Toneladas)	524.140	603.000	629.000

Ao nível dos grandes investimentos, o ano de 2011 será o ano do início da construção do novo porto de pesca, cujo projecto foi aprovado pelas entidades competentes e com forte envolvimento de representante da comunidade piscatória local. A obra terá financiamento Feder assegurado por candidatura aprovado no âmbito do programa PROMAR.

Também no início de 2011 se celebrará o contrato de concessão para as marinas da cidade de Viana.

A previsão para as dragagens de manutenção é de 0,6 milhões de euros, já substancialmente abaixo do esforço financeiro feito nos dois primeiros anos e que permitiu alcançar uma acessibilidade marítima segura e franca. No entanto, importa assegurar e manter o apoio público (PIDDAC) para esta despesa nos próximos anos.

Durante o ano de 2011 deverá entrar em pleno o funcionamento a JUP, bem como se reforçará o papel comercial da APVC através de uma maior proximidade aos clientes (carregadores) e da edição regular da newsletter, integrada num plano comercial formal.

No início do ano de 2011 realizaram-se as primeiras jornadas do PVC subordinadas ao tema “O porto de Viana do Castelo como factor de localização empresarial” e será já no futuro próximo que vai ser formalizada a constituição da comunidade portuária do Porto de Viana do Castelo, presidida pelo Prof. Dr. Daniel Bessa.

### **13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Considerando o previsto nos Estatutos da Sociedade, propõe-se a seguinte aplicação de resultados líquidos de 2010, no valor de €300.586,75:

- 100% levados a resultados transitados, no montante de €300.586,75.

O montante dos resultados transitados destina-se a dar resposta parcial ao importante esforço de investimentos do ano de 2011.

Viana do Castelo, 24 Março de 2011

O Conselho de Administração

João Pedro Matos Fernandes

Emílio Brògueira Dias

Amadeu Ferreira Rocha

Relatório  
e Contas

2010

---

II – DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS





## Cap. II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### BALANÇO em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2010	31.12.2009
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	2.721.743	1.623.139
Activos intangíveis	6	(0)	2.604
		<b>2.721.743</b>	<b>1.625.743</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	7	475	535
Clientes	8	347.530	249.003
Estado e outros entes públicos	9	116.395	60.181
Accionistas/Sócios	10	9.311	11.586
Outras contas a receber	11	503.216	380.675
Diferimentos	12	14.564	7.962
Caixa e depósitos bancários	4	3.078.572	3.009.788
		<b>4.070.063</b>	<b>3.719.730</b>
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>6.791.806</b>	<b>5.345.473</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	13	50.000	50.000
Reservas legais	14	10.677	-
Outras reservas	15	2.740.969	1.615.392
Resultados transitados	16	94.551	-
Outras variações no capital próprio	17	1.734.188	1.541.931
<b>Resultado líquido do período</b>	19	300.587	105.228
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>4.930.972</b>	<b>3.312.550</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	20	7.513	-
Passivos por impostos diferidos	21	625.251	555.934
		<b>632.764</b>	<b>555.934</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	22	294.840	67.083
Adiantamentos de clientes	23	-	8
Estado e outros entes públicos	9	69.177	65.528
Outras contas a pagar	24	344.772	312.502
Diferimentos	12	519.281	1.031.868
		<b>1.228.069</b>	<b>1.476.989</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.860.833</b>	<b>2.032.923</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>6.791.806</b>	<b>5.345.473</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

### Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	+ 25	3.176.001	2.932.047
Subsídios à exploração	+ 12	1.294.250	426.675
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 7	(70)	-
Fornecimentos e serviços externos	- 26	(1.913.109)	(940.485)
Gastos com pessoal	- 27	(2.074.764)	(2.196.124)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+ 7	(212)	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 8	(26.609)	(19.957)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+ 20	(7.513)	-
Outros rendimentos e ganhos	+ 28	333.898	295.110
Outros gastos e perdas	- 29	(98.652)	(61.456)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>=</b>	<b>683.220</b>	<b>435.810</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 5, 6	(1.981.954)	(2.420.324)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+ 5, 6	1.525.150	2.089.211
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>=</b>	<b>226.416</b>	<b>104.698</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	+ 30	77.204	3.268
Juros e gastos similares suportados	- 31	(97)	(205)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>=</b>	<b>303.524</b>	<b>107.761</b>
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 18	(2.937)	(2.533)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>=</b>	<b>300.587</b>	<b>105.228</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2010	2009
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes	+	3.030.577	2.573.835
Pagamentos a fornecedores	-	(1.660.311)	(1.021.605)
Pagamentos ao pessoal	-	(1.982.470)	(1.851.000)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(612.204)	(298.771)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(12.248)	(291)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>+/-</b>	<b>(624.452)</b>	<b>(299.062)</b>
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(761.005)	(394.734)
Activos intangíveis	-		(840)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	+	555.000	2.392.975
Juros e rendimentos similares	+	49.338	2.209
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>+/-</b>	<b>(156.667)</b>	<b>1.999.610</b>
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		82.013
Outras operações de Financiamento	+	850.000	1.260.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		(82.013)
Juros e gastos similares	-	(97)	(760)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>849.903</b>	<b>1.259.240</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>68.784</b>	<b>2.959.788</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	3.009.788	50.000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	3.078.572	3.009.788

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

### Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Unidade monetária: Euros

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	50.000	-	-	-	-	-	50.000
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	1.615.392	-	-	-	1.615.392
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	1.541.931	-	1.541.931
	2	-	-	1.615.392	-	1.541.931	-	3.157.322
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3	-	-	-	-	-	105.228	105.228
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	4=1+2+3	50.000	-	1.615.392	-	1.541.931	105.228	3.312.550

Unidade monetária: Euros

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	5	50.000	-	1.615.392	-	1.541.931	105.228	3.312.550
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	238	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	10.677	1.125.578	94.313,88	192.257	(105.228)	1.317.598
	6	-	10.677	1.125.578	94.551	192.257	(105.228)	1.317.835
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	7	-	-	-	-	-	300.587	300.587
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	8=5+6+7	50.000	10.676,94	2.740.969,48	94.551	1.734.188	300.587	4.930.972

Relatório  
e Contas

2010

---

III – ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



## Cap. III – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

### 1. Introdução

A Administração do Porto de Viana do Castelo, S. A. (doravante designada de Empresa ou por APVC), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada através do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro, tendo o mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

A Empresa foi constituída com um capital social de 50 milhares de euros, integralmente subscrito e realizado pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. – abreviadamente designada por APDL

A Empresa tem por objecto a administração do porto de Viana do Castelo visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

A Empresa tem competências para:

- a) Atribuição de usos privativos e definição da respectiva utilidade pública para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe está afectos, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução, modificação e extinção de licença ou concessão;
- b) Licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) Fixação das taxas a cobrar pela utilização, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- e) Exercer os poderes de autoridade do estado quanto à liquidação e cobrança, voluntária e coerciva, de taxas que lhe sejam devidas nos termos da lei e, bem assim, dos rendimentos provenientes da sua actividade, sendo os créditos correspondentes equiparados aos créditos do Estado e constituindo título executivo as facturas, certidões de dívida ou títulos equivalentes;
- f) Protecção das suas instalações e do seu pessoal;

- g) Uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização;
- h) Assegurar, de acordo com o regime legal aplicável, o exercício das atribuições em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição.

Pelo n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 211/2008 de 03 de Novembro de 2008, transitaram para a APVC, S.A. a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. abreviadamente designado por IPTM, I.P. afectos ou que diziam respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente viaturas, embarcações e demais equipamentos, constantes da relação que constitui anexo III ao decreto-lei mencionado, pelo n.º 2 do mesmo artigo ficam afectos à APVC, S.A. todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, I.P. dentro da área do domínio público, definido pelo Artigo n.º 7 do mesmo Decreto-Lei, ainda que sem descrição ou inscrição predial.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Março de 2011. É opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Administração do Porto de Viana do Castelo S.A., bem como a sua posição e performance financeira, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de Preparação**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomado por base o princípio do custo histórico, excepto quanto aos activos que transitaram do IPTM, I.P. referidos na Nota Introdutória (ver Nota 3.2).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em



que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.16.

## **2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## **2.3. Reconhecimento, mensuração e divulgação dos activos adquiridos ou construídos por concessionários de usos privativos de bens dominiais que revertam para a Administração Portuária no final dos respectivos contratos**

Embora o modelo de gestão da APVC seja do tipo “tool port” e não “landlord port” existem algumas actividades exercidas no porto que estão concessionadas, sob o regime de uso privativo, designadamente as relacionadas com os estaleiros navais, a recepção, armazenagem e distribuição de cimentos; a recepção, armazenagem, ensacamento e comercialização de asfaltos; e armazéns de natureza e fins diversos existentes no Parque Industrial da Praia Norte.

Estas actividades são exercidas em áreas sob jurisdição da APVC cujo uso está concessionado a entidades privadas em regime de uso privativo por períodos de tempo fixados nos respectivos contratos de concessão.

Assim, no que diz respeito aos bens adquiridos ou construídos por concessionário de uso privativo de bens dominiais, a APVC passa a considerar igualmente o seu reconhecimento, porém, tendo em consideração para além do clausulado contratual, a legislação em vigor, nomeadamente a "Lei da Água", que estabelece a reversão gratuita dos bens para o Estado.

Para que os activos sejam reconhecidos, o seu justo valor no final do contrato deve ser estimado com fiabilidade.

Para o efeito procedeu-se a um levantamento dos activos em causa, separados por infra-estruturas e equipamentos, tendo-se concluído da elevada complexidade na estimativa dos justos valores deste tipo de activos.

Foram de particular preocupação para a realização da estimativa do justo valor, a consideração de variáveis tais como:

- a vida útil dos activos em função da sua utilização esperada;
- a política de manutenção seguida pelos concessionários;
- a obsolescência tecnológica;

- a incerteza das novas características das operações portuárias e o seu impacto ao nível dos activos utilizados;
- as alterações regulamentares ambientais, de segurança, de eficiência energética e outras que poderão exigir investimentos de modernização ou adaptação imprevisíveis;
- a taxa de actualização e a incerteza na continuidade do negócio após finalização da concessão, tudo isto num contexto de um prazo geralmente longo destas concessões.

Há que ter ainda em consideração que na maioria dos casos, os activos em questão não têm um mercado activo que permita a comparação dos valores estimados. Acresce que o potencial valor do conjunto de bens deve ser revisto anualmente, à data de cada relato, sendo que se estima que o montante de tais avaliações periódicas seja de montante superior ao benefício que resultaria do registo ou da divulgação de informação que inclua a mensuração daí decorrente.

Face a tudo o que antecede e considerando a impossibilidade de uma mensuração fiável e com custos reduzidos, mas com o intuito de uma total transparência das contas, a APVC decidiu proceder à divulgação dos activos que, ao abrigo dos contratos de concessão de uso privativo, revertam no final dos respectivos contratos. Para o efeito, identificam-se de seguida as concessões e a tipologia de bens em que a APVC tem interesse no controlo residual dos mesmos, não tendo ainda os concessionários, até à data, disponibilizado os valores escriturados no seu activo, à data de 31.12.2010.

## CONCESSÕES DE USO PRIVATIVO:

CONCESSÃO	<b>Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.:</b> Docas secas, cais de amarração, bacia de aprestamento, edifícios, 2 fábricas, terraplenos, infraestruturas e equipamentos fixos
Data de início	01.04.1981
Prazo	50 anos

Infra-estrutura (milhares de euros)	
Equipamentos (milhares de euros)	

CONCESSÃO	<b>SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.:</b> Armazém e demais instalações e infraestruturas que constituem o terminal de recepção, armazenagem e distribuição de cimento
Data de início	12.02.1990
Prazo	5 anos (renovável por iguais períodos)

Infra-estrutura (milhares de euros)	
Equipamentos (milhares de euros)	

CONCESSÃO	<b>Câmara Municipal de Viana do Castelo:</b> Edifícios e armazéns de diversa natureza, infraestruturas e equipamentos fixos existentes no Parque Empresarial da Praia Norte
Data de início	15.02.2001
Prazo	30 anos

Infra-estrutura (milhares de euros)	
Equipamentos (milhares de euros)	

CONCESSÃO	<b>Galp Comercialização Portugal, Lda.:</b> Silos, instalações de apoio, equipamentos fixos e infraestruturas que constituem o terminal de recepção, armazenamento, ensacamento e comercialização de asfaltos
Data de início	08.10.1997
Prazo	25 anos

Infra-estrutura (milhares de euros)	
Equipamentos (milhares de euros)	

## **Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

### **2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória**

A Empresa adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2010. Contudo, a Empresa preparou o seu balanço de abertura com referência a 1 de Janeiro de 2009, para efeitos de apresentação dos valores comparativos relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 no mesmo normativo contabilístico utilizado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

A NCRF 3, permite isenções, em especial no que se refere à aplicação retrospectiva, relativamente ao tratamento preconizado por outras normas do SNC, tendo a Empresa optado, na data da transição, pela seguinte isenção:

- *Valorização dos activos fixos tangíveis*

Os critérios de reconhecimento, valorização e depreciação adoptados no normativo contabilístico anterior são equiparáveis aos do modelo nas NCRFs, pelo que não foram sujeitos a ajustamento.

### **Reconciliação dos ajustamentos de transição para as NCRF**

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF teve o seguinte efeito nos capitais próprios:

#### **(i) Reconciliação do Capital Próprio**

O montante total de ajustamento à data de transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para as NCRF. Estes ajustamentos encontram-se reconhecidos em “Outras variações no capital próprio”:

(valores expressos em euros)

	Ajust.	31.12.2009	01.01.2009
<b>Capital próprio POC</b>		1.772.161	50.000
Reclassificação dos subsídios não reembolsáveis para capital próprio	1	2.392.975	-
Imposto diferido passivo associado à situação acima	2	(634.139)	-
Imparidade sobre subsídios ao investimento	3	(295.110)	-
Reversão do imposto diferido passivo associado à situação acima	4	78.204	-
Outros	4	(1.541)	-
<b>Total dos ajustamentos</b>		1.540.390	-
<b>Capital próprio SNC</b>		3.312.551	50.000

Contudo, no novo normativo contabilístico, os subsídios relacionados com activos fixos tangíveis passaram a ser apresentados no Capital Próprio, sendo imputados a resultados ao longo do período de vida útil do activo (no caso de activos sujeitos a depreciação) ou no período em que são suportados os custos associados ao cumprimento de obrigações definidas (activos não sujeitos a depreciação). Tendo em consideração as projecções futuras de cash-flows da Empresa, durante o exercício de 2009 foi reconhecida uma perda total por imparidade sobre a generalidade dos seus activos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo sobre os que se encontravam em curso. Pelo facto de alguns desses activos terem sido financiados por subsídios ao investimento não reembolsáveis, registou-se, simultaneamente, em capitais próprios, a débito da rubrica de subsídios ao investimento, um montante equivalente ao valor da perda por imparidade reconhecida sobre os activos subsidiados.

## (ii) Reconciliação do Resultado Líquido

Para o exercício de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF originou um impacto nos resultados líquidos conforme segue:

	Ajust.	31.12.2009
<b>Resultado líquido POC</b>		106.769
Desreconhecimento de activos intangíveis	5	(1.779)
Outros	5	238
<b>Total dos ajustamentos</b>		(1.541)
<b>Resultado líquido SNC</b>		105.228

## (iii) Alterações à Demonstração dos fluxos de caixa

As alterações à demonstração dos fluxos de caixa não foram consideradas significativas para divulgação.

## **Detalhe dos ajustamentos**

Os ajustamentos acima referidos na reconciliação do capital próprio e do resultado líquido, resultam das diferenças quantitativas identificadas entre o normativo POC e o SNC, as quais podem ser resumidas, como segue:

### Ajustamento 1 – Subsídios ao investimento

Segundo o parágrafo 12 da NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo – os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos tangíveis e intangíveis, devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios, sendo que, neste caso, deverão ser imputados, numa base sistemática, como rendimento, durante os períodos necessários para balancearem-nos com os gastos relacionados que pretende que se compensem. Assim, na transição, a Empresa procedeu à reclassificação dos subsídios ao investimento para a rubrica de “Outras Variações no Capital Próprio - Subsídios”, os quais, no normativo contabilístico anterior (POC), encontravam-se evidenciados no passivo, na rubrica “Proveitos diferidos”.

### Ajustamento 2 e 4 – Impostos diferidos

O imposto diferido registado na transição refere-se ao impacto dos ajustamentos 1 e 3 tendo em conta o valor contabilístico das rubricas e a sua base fiscal.

A existência de subsídios atribuídos à Empresa não traduz um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação. Consequentemente, a quantia contratualizada com a entidade gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto e, também, a necessidade de efectuar o reconhecimento do passivo fiscal (passivo por imposto diferido) que lhe está associado, o qual vai sendo revertido na proporção do subsídio reconhecido como rendimento no período.

### Ajustamento 3 – Imparidade subsídios ao investimento

Contudo, no novo normativo contabilístico, os subsídios relacionados com activos fixos tangíveis passaram a ser apresentados no Capital Próprio, sendo imputados a resultados ao longo do período de vida útil do activo. Tendo em consideração as projecções futuras de cash-flows da Empresa, durante o exercício de 2009 foi reconhecida uma perda por imparidade sobre a 97,5% do valor contabilístico dos seus activos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo sobre os que se encontravam em curso. Pelo facto de alguns desses activos terem sido financiados por subsídios ao investimento não reembolsáveis, registou-se, simultaneamente, em capitais próprios, a débito da rubrica de subsídios ao investimento, um montante equivalente ao valor da perda por imparidade reconhecida sobre os activos subsidiados.

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### **3.1 Conversão cambial**

##### **Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

##### **Transacções e saldos**

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

##### **Cotações utilizadas**

A Empresa, nos exercícios de 2010 e 2009, não efectuou quaisquer transacções em moeda estrangeira.

#### **3.2 Activos Fixos Tangíveis**

A Empresa possui responsabilidades legais na gestão de bens do domínio público, contribuindo estes para o desenvolvimento dos objectivos sociais estatuídos pelo Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro.

Os activos fixos tangíveis integrados à data de constituição da Empresa (ver Introdução a este Anexo), foram registados com base em avaliação patrimonial efectuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de Janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Os activos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo

para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis, são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efectivação, são incluídos no custo do activo.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao valor da avaliação e/ou custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações dos activos fixos tangíveis objecto de avaliação patrimonial, são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada atribuída na referida avaliação independente.

Para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, a depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas dentro dos intervalos no Decreto Regulamentar n.º 25/09, de 14 de Setembro (restantes bens), as quais se considera reflectirem a vida útil esperada dos bens. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Edifícios			
Vidas úteis	8 a 24	3 a 11	4	5
Taxas de depreciação	4,17% a 12,50%	9,09% a 33,33%	25,00%	20,00%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Tendo em consideração as actividades desenvolvidas pela Empresa, e as suas atribuições referidas na Nota introdutória, o valor recuperável é determinado como o valor de uso dos activos, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado dos activos afectos às actividades desenvolvidas pela Empresa.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e



são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

### **3.3 Activos Intangíveis**

O custo de aquisição de software e correspondentes licenças é capitalizado, compreendendo todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção do software são reconhecidos como gastos quando incorridos.

### **3.4 Imparidade de activos**

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração a natureza das actividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos activos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Uma perda por imparidade é reconhecida nas demonstrações financeiras pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável.

Em cada data de relato é avaliada a possível reversão e/ou reforço da perda por imparidade. Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efectuada numa, base pro-rata, pelo valor dos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, da seguinte forma:

- (i) Bens adquiridos pela Empresa após a data da constituição:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em resultados.

- (ii) Bens que transitaram da esfera do IPTM, e integrados na Empresa:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em capitais próprios. Em termos jurídicos a “Reserva de Constituição” resultante da integração dos bens que transitaram do IPTM não é passível de distribuição, mas poderá ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, pelo que o registo das variações de imparidade dos activos que lhe deram origem, são registados numa subconta desta rubrica.

O valor de uso dos activos fixos tangíveis e intangíveis sujeitos a testes de imparidade é calculado com base em projecções de fluxos de caixa futuros, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 10 anos. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da Empresa.

### **3.5 Inventários**

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui os gastos para as colocar no seu estado actual. O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor das mercadorias, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

### **3.6 Clientes e outras contas a receber**

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamento de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### **3.7 Caixa e equivalentes a caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### **3.8 Capital social**

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### **3.9 Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### **3.10 Imposto sobre o rendimento**

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no artigo 69.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa óptica individual.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

### **3.11 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### **3.12 Subsídios e apoios do Governo**

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes apenas quando existir segurança que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

### **3.13 Gastos e Rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

### **3.14 Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da actividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

### **3.15 Matérias ambientais**

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pela Empresa, são capitalizados.

### **3.16 Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

**(i) Provisões**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

**(ii) Activos fixos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

**(iii) Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

**4. Caixa e depósitos bancários**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2010			31.12.2009		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	141	-	141	32.910	-	32.910
	<b>Subtotais</b>	<b>141</b>	<b>-</b>	<b>141</b>	<b>32.910</b>	<b>-</b>	<b>32.910</b>
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	273.431	-	273.431	126.878	-	126.878
	Outros depósitos bancários	2.805.000	-	2.805.000	2.850.000	-	2.850.000
	<b>Subtotais</b>	<b>3.078.431</b>	<b>-</b>	<b>3.078.431</b>	<b>2.976.878</b>	<b>-</b>	<b>2.976.878</b>
<b>Totais</b>		<b>3.078.572</b>	<b>-</b>	<b>3.078.572</b>	<b>3.009.788</b>	<b>-</b>	<b>3.009.788</b>

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

## 5. Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis e nas respectivas depreciações foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Edifícios					
Em 01/01/2009	Quantias brutas escrituradas	-	-	-	-	-	-
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-
	Quantias líquidas escrituradas	-	-	-	-	-	-
Adições		2.758	2.664	7.830	2.596	303.679	319.527
Revalorizações		55.803.820	1.103.525	112.679	184.067	-	57.204.091
Depreciações		(1.669.022)	(502.753)	(52.859)	(114.824)	-	(2.339.458)
Perdas por imparidade		(52.562.885)	(572.222)	(64.230)	(66.573)	(295.110)	(53.561.021)
Em 31/12/2009 (01/01/2010)	Quantias brutas escrituradas	55.806.578	1.106.189	120.508	186.664	303.679	57.523.618
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(54.231.907)	(1.074.976)	(117.089)	(181.397)	(295.110)	(55.900.478)
	Quantias líquidas escrituradas	1.574.671	31.213	3.420	5.267	8.569	1.623.139
Adições		-	48.230	18.542	-	360.454	427.226
Transferências		-	599.000	-	-	(599.000)	-
Depreciações		(1.659.807)	(227.559)	(50.023)	(34.817)	-	(1.972.206)
Perdas por imparidade		2.748.080	(399.099)	29.894	31.428	233.281	2.643.584
Em 31/12/2010	Quantias brutas escrituradas	55.806.578	1.753.419	139.050	186.664	65.133	57.950.843
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(53.143.635)	(1.701.633)	(137.217)	(184.786)	(61.829)	(55.229.100)
	Quantias líquidas escrituradas	2.662.943	51.785	1.833	1.878	3.304	2.721.743

Os activos fixos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2010, eram os seguintes:

Descrição	Valor
Acesso rodoviário ao porto	38.458
Reordenamento da frota de pesca do porto	26.675
	<b>65.133</b>

Durante 2010 foi finalizada a construção da lancha de pilotagem, cujo valor se cifrou em 599 mil euros.

A generalidade dos edifícios e construções que integram o activo fixo tangível foram edificados em terrenos do domínio público do Estado afecto à APVC.

O peso relativo destes bens construídos em terrenos do domínio público, contabilizados na conta 432 – Edifícios e outras construções, é evidenciado no seguinte quadro:



	Valor
Valor bruto total	55.806.578
Valor bruto dos imóveis e instalações construídos em terrenos do Domínio Público	55.806.578

Por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi aprovada a avaliação patrimonial efectuada aos bens iniciais do activo da Empresa, pelo valor total de €57.249.720, dos quais 57.204 milhares de euros relativos a activos fixos tangíveis, consoante a seguinte discriminação:

Activos fixos tangíveis	Valor inicial
Edifícios e outras construções	55.803.820
Equipamento básico	1.103.525
Equipamento administrativo	112.679
Outros activos fixos tangíveis	184.067
	<b>57.204.091</b>

Estes bens encontram-se evidenciados nas demonstrações individuais da posição financeira da Empresa a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, no activo na rubrica de “Activos fixos tangíveis” e em capital próprio na rubrica de “Outras reservas”, considerando as perdas por imparidade acumuladas.

Conforme referido nas Notas 3.2 e 3.4, os activos fixos tangíveis e activos intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual os mesmos se encontram escriturados não ser totalmente recuperável. Tendo em consideração as actividades desenvolvidas pela Empresa, com natureza de serviço público, o valor recuperável resultante dos testes de imparidade, corresponde ao valor de uso dos activos. Assim, no final do exercício de 2009, em função dos testes realizados pela Empresa, baseados em projecções futuras de cash-flows, foi reconhecida uma perda por imparidade sobre os referidos activos no montante de €53.581.059. No final do exercício de 2010, em função da actualização dos estudos levados a cabo pela Empresa, a perda por imparidade, em termos líquidos, foi revertida em €2.650.728.

Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efectuada numa, base pro-rata, pelo valor dos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, da seguinte forma:

- (i) Bens adquiridos pela Empresa após a data da constituição:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em resultados.

- (ii) Bens que transitaram da esfera do IPTM, e integrados na Empresa:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em capitais próprios. Em termos jurídicos a “Reserva de Constituição” resultante da integração dos bens que transitaram do IPTM não é passível de distribuição, podendo ser, contudo, utilizada em aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, pelo

que o registo das variações de imparidade dos activos que lhe deram origem, são registados numa subconta desta rubrica.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, conseqüentemente, da imparidade a reconhecer sobre os activos fixos tangíveis e activos intangíveis em uso pela Empresa ter levado em consideração (i) os investimentos em curso e a realizar a médio prazo e (ii) que a realização de tais investimentos só serão possíveis caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis, a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos activos fixos tangíveis que no final de cada relato financeiro se encontram em curso. Assim durante o exercício de 2010, os movimentos registados nas demonstrações financeiras da Empresa, relacionados com a imparidade sobre activos fixos tangíveis e intangíveis, analisa-se como segue:

*(valores expressos em euros)*

	31.12.2009	Reforço - por resultados	Reversão - por resultados (i)	Reversão - por capitais próprios	31.12.2010
Activos transferidos do IPTM					
Tangível	53.249.168	-	(1.897.818)	(1.125.577)	50.225.773
Intangível	2.515	-	(2.515)	-	-
Activos adquiridos após a constituição da Empresa					-
Tangível	309.620	405.553	(23.139)	-	692.035
Intangível	19.756	-	(7.233)	-	12.523
	<b>53.581.059</b>	<b>405.553</b>	<b>(1.930.704)</b>	<b>(1.125.577)</b>	<b>50.930.331</b>

*(i) A Empresa reverte, numa primeira fase, um valor de imparidade equivalente às depreciações registadas no exercício, tendo por base a taxa de imparidade apurada no exercício anterior.*

Caso a Empresa não tivesse procedido ao reconhecimento de imparidade sobre os seus activos fixos tangíveis e activos intangíveis, o resultado líquido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 seria como segue:

*(valores expressos em euros)*

	2010	2009
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>300.587</b>	<b>105.228</b>
Impacto do reconhecimento de imparidade:		
- Activos fixos tangíveis e intangíveis	(1.525.150)	(2.089.211)
- Subsídios ao investimento	(299.927)	(295.110)
Resultado líquido do exercício sem o efeito do reconhecimento de imparidade	<b>(1.524.490)</b>	<b>(2.279.094)</b>

## 6. Activos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis e nas respectivas depreciações foram os seguintes:

*(valores expressos em euros)*

Activos intangíveis		Programas de computador	Propriedade industrial	Totais
			Marcas comerciais	
Em 01.01.2009	Quantias brutas escrituradas	-	-	-
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-
	Quantias líquidas escrituradas	-	-	-
Adições		21.000	700	21.700
Revalorizações		45.629	-	45.629
Amortizações		(44.864)	(194)	(45.058)
Perdas por imparidade		(19.667)	-	(19.667)
Em 31.12.2009 (01.01.2010)	Quantias brutas escrituradas	66.629	700	67.329
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(64.531)	(194)	(64.726)
	Quantias líquidas escrituradas	2.098	506	2.604
Amortizações		(9.515)	(233)	(9.748)
Perdas por imparidade		7.416	(272)	7.144
Em 31.12.2010	Quantias brutas escrituradas	66.629	700	67.329
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(66.630)	(700)	(67.330)
	Quantias líquidas escrituradas	(0)	-	(0)

Como já referido na nota 6, foi aprovada por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a avaliação patrimonial efectuada aos bens iniciais do activo da Empresa, pelo valor total de €57.249.720, cuja componente relativa a activos intangíveis era a seguinte:

Activos intangíveis	Valor inicial
Programas de computador	45.629

Estes bens encontram-se evidenciados nas demonstrações individuais da posição financeira da Empresa a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, no activo na rubrica de "Activos intangíveis" e em capital próprio na rubrica de "Outras reservas", considerando as perdas por imparidade acumuladas.

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2010			31.12.2009		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	687	(212)	475	535		535
<b>Totais</b>	<b>687</b>	<b>(212)</b>	<b>475</b>	<b>535</b>	<b>-</b>	<b>535</b>

A sua escrituração foi elaborada conforme os seguintes critérios:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de mercadorias	31.12.2010			31.12.2009		
	Quantias escrituradas pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo	Quantias escrituradas pelo justo valor menos os custos de vender	Total	Quantias escrituradas pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo	Quantias escrituradas pelo justo valor menos os custos de vender	Total
Mercadorias	475		475	535		535

O seguinte quadro releva o apuramento dos respectivos gastos reconhecidos no período:

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			Período 2010		Período 2009		
			Mercadorias	Totais	Mercadorias	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+	535	535	-	-	
	Reclassificações e regularizações	Compras	+	475	475	535	535
		Outras perdas	-	(212)	(212)	-	-
		Ofertas e amostras	-	(253)	(253)	-	-
	Inventários no fim do período	-	(475)	(475)	-	-	
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	=	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>535</b>	<b>535</b>		
Perdas em inventários	+	212	212	-	-		
Ofertas e amostras de inventários	+	253	253	-	-		
<b>Totais</b>	=	<b>535</b>	<b>535</b>	<b>535</b>	<b>535</b>		

Nos exercícios de 2010 e 2009 foram apuradas as seguintes perdas por imparidade:

(valores expressos em euros)

Ajustamentos de inventários	Mercadorias	Totais
Perdas por imparidade acumuladas em 01.01.2009		
Reforços de perdas de imparidade não revertidas no período		
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)		
Reforços de perdas de imparidade não revertidas no período	212	212
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2010	212	212

## 8. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

*(valores expressos em euros)*

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros: Clientes	31.12.2010			31.12.2009		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Clientes c/c	347.530	-	347.530	249.003	-	249.003
Clientes de cobrança duvidosa	45.566	(45.566)	-	19.957	(19.957)	-
<b>Totais</b>	<b>393.095</b>	<b>(45.566)</b>	<b>347.530</b>	<b>268.959</b>	<b>(19.957)</b>	<b>249.003</b>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos na rubrica de imparidades acumuladas foram os seguintes:

*(valores expressos em euros)*

Ajustamentos de clientes	Clientes c/c	Clientes de cobrança duvidosa	Totais
Perdas por imparidade acumuladas em 01.01.2009	-	-	-
Reforços de perdas de imparidade não revertidas no período	-	19.957	19.957
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)	-	19.957	19.957
Reforços de perdas de imparidade não revertidas no período	-	25.609	25.609
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2010	-	45.566	45.566

## 9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos devedores com o “Estado e outros entes públicos” eram os seguintes:

*(valores expressos em euros)*

Estado e outros entes públicos (saldos devedores)	31.12.2010	31.12.2009
	Quantias brutas	Quantias brutas
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	116.395	57.410
<b>Totais</b>	<b>116.395</b>	<b>57.410</b>

O saldo devedor de IVA tem origem na aquisição e construção de activos fixos tangíveis que, pela sua magnitude, têm dado lugar a um excedente de IVA dedutível relativamente ao IVA liquidado no âmbito da actividade da Empresa.

Por outro lado, e às mesmas datas de reporte, os saldos credores tinham a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos (saldos credores)	31.12.2010	31.12.2009
	Quantias brutas	Quantias brutas
Retenção de impostos sobre rendimentos	33.085	27.303
Contribuições para a Segurança Social	36.092	35.455
<b>Totais</b>	<b>69.177</b>	<b>62.758</b>

## 10. Accionistas/sócios

O capital social da Empresa é detido a 100% pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., com sede em Leça da Palmeira. As contas da Empresa serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da APDL, SA.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos devedores com a APDL eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Transacções com as partes relacionadas		Período 2010	Período 2009
		Accionistas / Sócios	Accionistas / Sócios
Empresa-mãe	APDL	9.311	11.586
<b>Totais</b>		<b>9.311</b>	<b>11.586</b>

Estes saldos têm origem nas retenções na fonte em sede de IRC de que a Empresa foi objecto, deduzidas do imposto corrente apurado no período, conforme o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Demonstração dos saldos devedores de Accionistas/Sócios	Período 2010	Período 2009
	Valor Bruto	Valor Bruto
IRC - Retenção na fonte	12.248	14.357
IRC - Imposto corrente	(2.937)	(2.770)
<b>Totais</b>	<b>9.311</b>	<b>11.586</b>

## 11. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

*(valores expressos em euros)*

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Outras contas a receber	31.12.2010			31.12.2009		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Devedores por acréscimos de rendimentos	503.216	-	503.216	380.675	-	380.675
<b>Totais</b>	<b>503.216</b>	<b>-</b>	<b>503.216</b>	<b>380.675</b>	<b>-</b>	<b>380.675</b>

Estes saldos referem-se a rendimentos reconhecidos em cada um dos períodos cuja receita só venha a obter-se no período seguinte.

## 12. Diferimentos / Subsídios à exploração

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava os seguintes saldos devedores:

*(valores expressos em euros)*

Diferimentos (saldos devedores)	31.12.2010	31.12.2009
	Quantias brutas	Quantias brutas
Gastos a reconhecer	14.564	7.962
<b>Totais</b>	<b>14.564</b>	<b>7.962</b>

Por outro lado, reportados às mesmas datas, os saldos credores eram os seguintes:

*(valores expressos em euros)*

Diferimentos (saldos credores)	31.12.2010	31.12.2009
	Quantias brutas	Quantias brutas
Rendimentos a reconhecer	519.281	1.031.868
<b>Totais</b>	<b>519.281</b>	<b>1.031.868</b>

Nos saldos credores estão incluídos subsídios à exploração. Os subsídios à exploração referem-se à participação financeira do Estado na realização das dragagens de emergência e manutenção destinadas a assegurar as condições de navegabilidade na barra e canal de acesso ao porto de Viana do Castelo. Esses subsídios tiveram origem no PIDDAC (Cap. 50.º) e no protocolo celebrado em 2009 com o IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., nos termos do qual esse Instituto procedeu à transferência de 850 milhares de euros, destinados à participação em 50% desses gastos.



(valores expressos em euros)

Subsídios à exploração	Medida de incentivo			Subsídios 2010			Subsídios 2009			
	Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Recebidos	Aplicados	Saldo acumulado	Recebidos	Aplicados	Saldo acumulado	
Não reembolsáveis	PIDDAC	Proj. 6686	GPERI	Realização de dragagens	850.000	(643.500)	206.500	410.000	(410.000)	-
	IPTM	Protocolo	IPTM	Realização de dragagens e gastos conexos	-	(650.750)	182.575	850.000	(16.675)	833.325
Totais					850.000	(1.294.250)	389.075	1.260.000	(426.675)	833.325

Em termos de peças financeiras, o reconhecimento dos subsídios à exploração é mostrado no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	Período 2010					Período 2009					
	Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço			
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo		
				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	
Não reembolsáveis	PIDDAC	850.000	643.500	-	206.500	-	410.000	410.000	-	-	-
	IPTM	-	650.750	-	182.575	-	850.000	16.675	-	833.325	-
Totais		850.000	1.294.250	-	389.075	-	1.260.000	426.675	-	833.325	-

### 13. Capital realizado

Conforme estabelecido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro, que criou a APVC, e no artigo 5.º dos Estatutos anexos ao referido diploma, o capital social foi fixado em €50.000, inteiramente subscrito e realizado pela APDL, constituído por 10.000 acções, com o valor nominal de €5 cada.

As acções são nominativas e revestem a forma escritural.

Entretanto, o Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério das Obras Públicas, transportes e Comunicações, de 27 de Abril de 2010, veio aprovar avaliação patrimonial do Imobilizado Corpóreo da APVC e determinar que o aumento de capital da sociedade poderá, no limite, ser aumentado para 1,6 milhões de euros em resultado do teste da imparidade realizado no final do ano de 2009.

No entanto, a sociedade não promoverá o referido aumento de capital social sem obter parecer favorável ao Pedido de Informação Vinculativa feito à Direcção Geral dos Impostos em 22.12.2010, que visa confirmar os entendimentos jurídico-tributários que

a sociedade tem sobre a avaliação do seu património, a perda de imparidade e os subsídios ao investimento, nos termos que se seguem:

- (i) “A variação patrimonial positiva ocorrida na esfera da APVC, em 2009, decorrente do património do IPTM na sua esfera, no montante de €57.249.720,07, consubstancia-se numa entrada de capital feita pelo accionista – a APDL, no exercício da função accionista do Estado – enquadrável na alínea a) do referido n.º 1 do artigo 21.º do CIRC, e, portanto, não concorre para a formação do lucro tributável da APVC no exercício de 2009, nem tem qualquer implicação fiscal na esfera da APDL;
- (ii) A perda de imparidade relativa ao negócio registada pela APVC e sua posterior reversão não têm qualquer relevância fiscal na esfera da APVC;
- (iii) O valor a considerar para efeito do cálculo das depreciações / amortizações dos bens transferidos do IPTM para a APVC corresponde ao valor da avaliação aprovado pelo Despacho Conjunto (€57.249.720,07);
- (iv) O subsídio ao investimento será incluído (na sua totalidade) no lucro tributável da APVC, na proporção da depreciação / amortização praticada sobre o custo de aquisição dos bens, aquando da sua entrada em funcionamento ou utilização, em conformidade com o disposto no artigo 22.º do CIRC”.

#### 14. Reservas legais

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Reservas legais	Totais
Reservas legais em 01.01.2009	-
Aplicação do resultado	-
Reservas legais em 31.12.2009 (01.01.2010)	-
Aplicação do resultado	10.677
Reservas legais em 31.12.2010	10.677

De acordo com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja 20% do capital social, em conformidade com o montante legalmente exigido (cf. artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais). A reserva legal não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas

circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

## 15. Outras reservas

A rubrica de “Outras reservas” refere-se à contrapartida da integração no activo da Empresa, dos bens destacados da esfera do IPTM, ao abrigo do estabelecido no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro e que, conforme mencionado na nota 5, apresenta a crédito o valor de avaliação desses activos fixos tangíveis e activos intangíveis no montante de €57.249.720.

A débito está registada a perda por imparidade relativa a esses mesmos bens, a qual, na sequência de um estudo efectuado com referência a 31 de Dezembro de 2010, era de €54.508.751.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

*(valores expressos em euros)*

Outras reservas	Totais
Outras reservas em 01.01.2009	57.249.720
Perdas por imparidade	(55.634.329)
Outras reservas em 31.12.2009 (01.01.2010)	1.615.392
Reversão de perdas por imparidade	1.125.578
Outras reservas em 31.12.2010	2.740.969

## 16. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Resultados transitados	Totais
Resultados transitados em 01.01.2009	-
Aplicação	-
Resultados transitados em 31.12.2009 (01.01.2010)	-
Aplicação	104.991
Alterações das políticas contabilísticas	(10.439)
Resultados transitados em 31.12.2010	94.551

## 17. Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio” regista os subsídios ao investimento recebidos pela APVC e as respectivas amortizações / perdas por imparidade e impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo			Subsídios 2010				Subsídios 2009			
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Recebimentos	Amortizações / Imparidades	Impostos diferidos	Saldo acumulado	Recebimentos	Amortizações / Imparidades	Impostos diferidos	Saldo acumulado
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	PIDDAC	Proj. 6676	GPRI	Implementação do ISPS Code	555.000	(293.426)	(69.317)	1.734.188	2.392.975	(295.110)	(555.934)	1.541.931
			Proj. 6686	GPRI	Transportes - Infraestruturas e equipamentos								
			Proj. 6704	GPRI	Acesso rodoviário								
			Proj. 6708	GPRI	Pescas - Infraestruturas e equipamentos								
Totais					555.000	(293.426)	(69.317)	1.734.188	2.392.975	(295.110)	(555.934)	1.541.931	

Em termos de reconhecimento dos subsídios ao investimentos nas demonstrações financeiras dos períodos de 2010 e 2009, apresenta-se o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2010					Período 2009				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	PIDDAC	-	6.599	1.734.188	-	-	-	-	1.541.931	-	-
Totais			-	6.599	1.734.188	-	-	-	-	1.541.931	-	-

A imputação a rendimentos e ganhos na demonstração de resultados de 2010 refere-se às depreciações de activos fixos tangíveis, durante esse exercício, financiados através de subsídios ao investimento.

## 18. Imposto do exercício

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no Artigo 69º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa óptica individual.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de impostos sobre o rendimento estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso reclamações ou impugnações, sendo que os prazos são suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2008 a 2010, poderão vir a ser sujeitas a revisão, embora a Administração considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010.

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2010	2009
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	<b>26,50%</b>	<b>26,50%</b>

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

*(valores expressos em euros)*

	2010	2009
Imposto s/ rendimento corrente	2.937	2.770
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>2.937</b>	<b>2.770</b>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

(valores expressos em euros)

	2010	2009
Resultado antes de Imposto	303.524	107.761
Taxa de Imposto	26,5%	26,5%
	<b>80.434</b>	<b>28.557</b>
Gastos não dedutíveis		
- Imparidade em activos fixos tangíveis e intangíveis	107.472	9.489
- Ajustamentos em clientes	6.572	4.599
- Outros	6.752	1.447
Rendimentos não tributáveis		
- Reversão de imparidade em activos tangíveis e intangíveis	(511.636)	(631.845)
- Reversão de imparidade em subsídios ao investimento	(79.481)	-
- Outros	-	-
Prejuízos fiscais gerados no exercício para os quais não foi registado imposto diferido	389.888	587.753
Tributação autónoma	2.937	2.770
	<b>2.937</b>	<b>2.770</b>
Imposto s/ rendimento corrente	2.937	2.770
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto s/ rendimento	2.937	2.770
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	<b>1,0%</b>	<b>2,6%</b>

Os prejuízos fiscais gerados até 31 de Dezembro de 2010 podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais num período de 4 anos e os gerados até 31 de Dezembro de 2009 num período de 6 anos. Os prejuízos fiscais estimados em 31 de Dezembro de 2010, ainda não confirmados pelas autoridades fiscais, ascendem a 3.689 milhares de euros, tendo os mesmos já sido utilizados numa perspectiva de grupo.

Assim, o reconhecimento contabilístico de activos por impostos diferidos, nomeadamente sobre as perdas fiscais reportáveis e sobre os ajustamentos para além dos limites fiscais são também registados numa perspectiva de grupo, ou seja, na APDL.

## 19. Resultado líquido do período

O resultado líquido apurado no exercício de 2010 é de €300.587:

*(valores expressos em euros)*

	Período 2010	Período 2009
Resultado antes de impostos	303.524	107.761
Imposto sobre o rendimento do período	(2.937)	(2.770)
Outros	-	238
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>300.587</b>	<b>105.228</b>

## 20. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos nas rubricas de “Provisões” eram os seguintes:

*(valores expressos em euros)*

Provisões		Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2009		-	-
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	-	-
	Por novas provisões	-	-
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisórias	-	-
	Quantias revertidas no período	-	-
Acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)		-	-
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	-	-
	Por novas provisões	7.513	7.513
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisórias	-	-
	Quantias revertidas no período	-	-
Acumuladas em 31.12.2010		7.513	7.513

No exercício de 2010 foi constituída uma provisão referente a gastos imputados pelo IPTM à APVC, relativos ao período inicial de actividade desta Empresa, por fornecimentos de energia eléctrica e serviços de comunicações, enquanto se formalizavam os respectivos contratos de fornecimento.

## 21. Activos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

*(valores expressos em euros)*

	2010	2009
<b>Impacto na demonstração dos resultados</b>		
Activos por impostos diferidos	-	-
Imposto diferido na reversão da reserva justo valor	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-
	-	-
<b>Impactos no capital próprio</b>		
Activos por impostos diferidos	154.213	78.204
Passivos por impostos diferidos	(779.465)	(634.138)
	(625.251)	(555.934)
<b>Impacto líquido dos impostos diferidos</b>	<b>(625.251)</b>	<b>(555.934)</b>

Durante os exercícios de 2010 e de 2009, a Empresa compensou o imposto diferido activo com o imposto diferido passivo, tendo em consideração a natureza homóloga das situações inerentes ao registo dos mesmos.



Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

(valores expressos em euros)

	Subsídios ao investimento	Imparidade - Subsídios ao investimento	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2009</b>	-	-	-
<b>Período findo em 31 de Dezembro</b>			
Constituição por capital	634.138	(78.204)	555.934
Reversão por capital	-	-	-
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
<b>Movimento do período</b>	634.138	(78.204)	555.934
<b>A 31 de Dezembro de 2009</b>	634.138	(78.204)	555.934

	Subsídios ao investimento	Imparidade - Subsídios ao investimento	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2010</b>	634.138	(78.204)	555.934
<b>Período findo em 31 de Dezembro</b>			
Constituição por capital	147.075	(79.481)	67.594
Reversão por capital	(1.749)	3.471	1.723
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
<b>Movimento do período</b>	145.326	(76.009)	69.317
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	779.465	(154.213)	625.251

## 22. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros: Fornecedores	31.12.2010	31.12.2009
	Quantias brutas	Quantias brutas
Fornecedores c/c	272.380	32.822
Facturas em recepção e conferência	-	9.654
Fornecedores de investimentos	22.460	24.607
<b>Totais</b>	<b>294.840</b>	<b>67.083</b>

### 23. Adiantamentos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta conta registava os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros: Adiantamentos clientes	31.12.2010	31.12.2009
	Quantias brutas	Quantias brutas
Adiantamentos de clientes	-	8
<b>Totais</b>	<b>-</b>	<b>8</b>

### 24. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros: Outras contas a pagar	31.12.2010	31.12.2009
	Quantias brutas	Quantias brutas
Credores por acréscimos de gastos	313.040	293.254
Outros credores	31.731	19.248
<b>Totais</b>	<b>344.772</b>	<b>312.502</b>

### 25. Vendas e serviços prestados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica apresentava a seguinte discriminação:

(valores expressos em euros)

Vendas e serviços prestados	Período 2010	Período 2009
Vendas	141	-
Prestações de serviços	3.175.860	2.932.047
<b>Totais</b>	<b>3.176.001</b>	<b>2.932.047</b>

## 26. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

*(valores expressos em euros)*

Fornecimentos e serviços externos	Período 2010	Período 2009
<b>Serviços especializados:</b>		
Trabalhos especializados	27.418	77.538
Publicidade e propaganda	2.626	875
Vigilância e segurança	61.946	61.479
Honorários	4.911	628
Conservação e reparação	1.451.568	499.595
Outros custos e perdas financeiras	892	631
	<b>1.549.361</b>	<b>640.745</b>
<b>Materiais:</b>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	447	376
Livros e documentação técnica	26	31
Material de escritório	3.882	5.749
Artigos para oferta	530	-
Outros materiais	2.749	-
	<b>7.633</b>	<b>6.157</b>
<b>Energia e fluidos:</b>		
Electricidade	193.347	175.592
Combustíveis	20.808	19.739
Água	63.206	63.300
Gás	1.594	1.382
Outros fluidos	5.144	-
	<b>284.099</b>	<b>260.013</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes:</b>	1.490	756
	<b>1.490</b>	<b>756</b>
<b>Serviços diversos:</b>		
Rendas e alugueres	375	177
Comunicação	34.518	16.152
Seguros	26.526	2.758
Contencioso e notariado	913	3.421
Despesas de representação	475	613
Limpeza, higiene e conforto	6.437	3.007
Outros serviços	1.281	6.685
	<b>70.525</b>	<b>32.814</b>
<b>Totais</b>	<b>1.913.109</b>	<b>940.485</b>

## 27. Gastos com o pessoal

O número médio de trabalhadores, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, atenta a natureza do vínculo contratual, foi o seguinte:

(n.º de trabalhadores)

Número médio de trabalhadores	Período 2010	Período 2009
Pessoal do quadro	45	45
Pessoal requisitado / comissão de serviço	1	1
<b>Totais</b>	<b>46</b>	<b>46</b>

Os gastos com pessoal nos exercícios findos naquelas datas tiveram a seguinte discriminação:

(valores expressos em euros)

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	11.190	11.195
Remunerações do pessoal	1.729.703	1.863.914
Encargos sobre remunerações	267.251	290.289
Seguros de acidentes no trabalho e doença	28.518	-
Gastos de acção social	30.074	24.183
Outros gastos com pessoal	8.029	6.543
	<b>2.074.764</b>	<b>2.196.124</b>

As remunerações dos órgãos sociais referem-se à prestação de serviços do fiscal único da Empresa pela revisão oficial das contas.

As remunerações do pessoal incluem, para além das remunerações base, outras remunerações acessórias, constantes da Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro.

Os gastos de acção social e outros incluem gastos com atribuição de abonos sociais a trabalhadores da Empresa, nos termos definidos da legislação geral, gastos com medicina no trabalho, assistência médica e formação.

## 28. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” teve a seguinte composição:

*(valores expressos em euros)*

	Período 2010	Período 2009
Rendimentos suplementares	11.518	-
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros	15.555	-
Outros rendimentos e ganhos	306.825	295.110
	<b>333.898</b>	<b>295.110</b>

Em “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” estão registados rendimentos de indemnizações referentes a dois sinistros ocorridos no porto de Viana do Castelo, da responsabilidade de terceiros, nomeadamente:

- a) Sinistro com tambor de enrolamento do cabo eléctrico do guindaste n.º 6;
- b) Barreira de entrada da portaria do porto comercial.

“Outros rendimentos e ganhos” refere-se à imputação de subsídios para investimentos resultantes da depreciação mensal da nova lancha de pilotagem “Roncador”, com entrada em actividade no exercício de 2010 e financiada através de verbas do PIDDAC. Essa imputação (v. 3.4) é efectuada com base nas depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram os subsídios ao investimento, em conformidade com os princípios seguidos pela Empresa (quotas constantes, em base duodecimal).

É também registada nessa conta a reversão da imparidade sobre os subsídios para investimentos.

Os “juros obtidos” são provenientes de depósitos à ordem e depósitos a prazo a menos de três meses.

Em “outros rendimentos similares” são classificados os ganhos com origem na aplicação de juros de mora sobre pagamentos de documentos para além do respectivo prazo de vencimento.

## 29. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

*(valores expressos em euros)*

	Período 2010	Período 2009
Impostos	83.072	54.737
Outros gastos e perdas	15.580	6.719
	<b>98.652</b>	<b>61.456</b>

A rubrica de “Impostos” refere-se maioritariamente à contribuição financeira devida ao IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., conforme disposto nos Despachos n.º 7471/2010, de 20 de Abril (publicado no DR, 2.ª série, de 28.04.2010) e 4975/2009, de 29 de Janeiro (publicado no DR, 2.ª série, de 11.02.2009), os quais dispõem que constitui receita do IPTM a percentagem de 4,5% das receitas de exploração de cada porto (excluindo o serviço de pilotagem).

O valor da comparticipação financeira para o IPTM, nos exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

*(valores expressos em euros)*

	Período 2010	Período 2009
Comparticipação financeira para o IPTM	79.802	54.737

## 30. Juros e rendimentos similares obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

*(valores expressos em euros)*

	Período 2010	Período 2009
Juros obtidos	73.911	1.455
Outros rendimentos similares	3.293	1.813
	<b>77.204</b>	<b>3.268</b>

### 31. Juros e gastos similares suportados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

*(valores expressos em euros)*

	Período 2010	Período 2009
Juros suportados	97	205

Nesta conta estão incluídos gastos referentes a juros de empréstimos e descobertos bancários e juros de mora.





Relatório  
e Contas

2010

---

IV - RELATÓRIO DE GOVERNO  
DA SOCIEDADE



## **Cap. IV – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE**

### **1. Nota introdutória**

O governo da empresa pauta-se pela observância dos “Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado” aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, e seguindo o modelo proposto pela Direcção Geral do Tesouro e das Finanças.

### **2. Enquadramento Legal**

#### **a) Estatuto jurídico**

A APVC, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que se rege pelo Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro, e respectivos estatutos assim como pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, consagrado no Decreto-Lei n.º 588/99, de 17 de Dezembro, pelos princípios do bom governo das empresas do sector empresarial do Estado constantes na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, pelo código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos e demais normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

#### **b) Enquadramento em matéria de pessoal**

O Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, (EPAP), redefiniu o regime jurídico do pessoal que transitou das anteriores administrações portuárias e juntas autónomas e dos trabalhadores provenientes do ex Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP).

Foi mantido, do anterior estatuto, o essencial da regulamentação relacionada com o regime de trabalho, e consagrou-se um normativo de transição para a adopção plena do regime do contrato individual de trabalho, sem prejuízo da situação jurídico profissional de origem designadamente quanto à natureza do vínculo e ao regime de aposentação.

Ao pessoal das administrações portuárias é aplicável o EPAP e correspondente regulamentação constante da Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro, tendo como pano de fundo a legislação do contrato individual de trabalho ressalvada, no caso dos trabalhadores que transitaram do instituto público, a remissão directa em alguns domínios específicos para o regime dos agentes e funcionários do Estado

### 3. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

A missão da empresa vem expressa no “*Plano de Acção para a modernização e melhoria da competitividade do Porto de Viana do Castelo*”, tem uma ambição de médio e longo prazo, visa funcionar como factor de coesão e motivação dos vários agentes envolvidos no negócio portuário e está assim formulada:

***“Servir os seus clientes e tráfegos existentes, criando as melhores condições para o serviço prestado, que facilitem a recuperação e a captação de novas cargas, assim como as condições de localização de actividades económicas de forma integrada e sustentável”***

A nossa visão é a de concretizar e consolidar uma empresa e um serviço portuário que com os recursos gerados pela sua actividade comercial e gestão dominial sirva os seus clientes actuais, conquiste novos clientes e novas cargas e cumpra com um vasto conjunto de atribuições públicas (que não são remuneradas). A situação actual é a de uma autoridade portuária a meio caminho entre um “operating port” e um “tool port” mas que visa evoluir para um “land lord port” assim que for atingido o movimento portuário capaz de interessar um potencial concessionário à operação multiuso.

Os objectivos gerais de desenvolvimento do porto de Viana do Castelo estão definidos segundo seis grandes linhas estratégicas a saber:

- Crescimento do tráfego com base na fidelização dos tráfegos actualmente existentes, pela captação de novos tráfegos e na progressiva integração nos projectos logísticos da região;
- Ter boas condições de operação e ser eficiente na manipulação das cargas que passam pelo Porto de Viana do Castelo (PVC);
- Ser auto-suficiente do ponto de vista económico mantendo a disponibilidade de ajudas nacionais e comunitárias para os investimentos;
- Aumentar a oferta de infra-estruturas através do apetrechamento do porto com novos equipamentos de movimentação de cargas e melhorar os acessos marítimos e terrestres;
- Ser competitivo nos preços praticados e, cumprindo com rigor as regras de concorrência e sem perder de vista a sustentabilidade financeira, fazer dos preços baixos um factor de competitividade;
- Integrar-se na envolvente urbana e natural, rentabilizando a exploração do património que constitui o domínio público marítimo (DPM) partilhado com o meio urbano.

A concretização das grandes linhas estratégicas assenta num Plano de Acção delineado em dois tempos: um primeiro, de curto prazo, com um tempo de realização de três anos e um segundo tempo, de médio prazo, até ao ano 2016. Este plano prevê um conjunto vasto de acções, iniciativas e investimentos com um alinhamento de

prioridades a colocar no terreno de forma cadenciada e julgada em função dos benefícios entretanto alcançados.

#### **4. Regulamentos Internos**

Os regulamentos internos mais directamente relacionados com a actividade da nova empresa e de cumprimento obrigatório são os seguintes:

**Regulamento de Exploração do Porto de Viana do Castelo e Anexos:** conjunto de normas e regras relativas às actividades operacionais respeitantes ao ciclo do navio, da carga e dos passageiros em porto. É um regulamento de aplicação geral a todas as entidades que estão autorizadas a exercer uma actividade dentro do porto. A sua estrutura é composta por 11 capítulos e 6 anexos da seguinte forma: Capítulos (I) Disposições gerais, (II) Embarcações, (III) Cargas, (IV) Passageiros, (V) Equipamentos, (VI) Fornecimentos e Serviços Diversos, (VII) Vigilância, Acessos e, Circulação, (VIII) Exercício de Actividades e Utilização de Espaços e Instalações Portuárias, (IX) Recolha de Resíduos e Águas Residuais, (X) Segurança no Porto, (XI) Contra-ordenações e coimas e os Anexos (1) Horário do funcionamento do Porto de Viana do Castelo (2) Normas e prazos para requisição alteração e cancelamento de serviços, (3) Normas de segurança marítima e portuária do porto de Viana do Castelo, (4) Destinos e Regimes Aduaneiros das Mercadorias, (5) Controlo de Acessos ao Porto de Viana do Castelo, (6) Plano de Recepção e Gestão de Resíduos.

O regulamento foi aprovado em reunião do C.A. – A.P.V.C. de 23 de Setembro de 2009, e posteriormente alvo de aprovação pelo IPTM.

**Regulamento de Tarifas da APVC e Anexo:** Conjunto de normas e regras que regulam a aplicação de tarifas de serviços prestados. Este regulamento obedece ao Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente aprovado por Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de Novembro. A sua estrutura é constituída por 7 capítulos e 1 Anexo da seguinte forma: Capítulos (I) Disposições gerais, (II) Tarifa de uso do porto, (III) Amarração e Desamarração, (IV) Movimentação de cargas e tráfego de passageiros, (V) Armazenagem, (VI) Uso de equipamento, (VII) Fornecimentos e o Anexo (1) Tarifário de resíduos.

**Regulamento de Tarifas específico para o fornecimento de água ao PVC:** conjunto de normas e regras que regulam a forma de fixação das taxas de fornecimento de água na área de jurisdição da APVC, S.A.

**Regulamento de Tarifas específico para o fornecimento de Energia ao PVC:** conjunto de normas e regras que regulam a forma de fixação das taxas de fornecimento de energia na área de jurisdição da APVC, S.A.

**Regulamento de Tarifas para a Utilização de Bens Dominiais:** conjunto de normas que fixam as taxas a aplicar nos usos privativos de terrenos do domínio público situados na área de jurisdição da APVC, S.A.

**Regulamento de Exploração e Utilização da Marina de Viana do Castelo:** conjunto de normas e regras que regulam o acesso, estadia e uso das facilidades e serviços existentes aplicáveis aos utentes e visitantes da marina.

**Guia de procedimento de Compras e de conferência de facturas:** Conjunto de normas e regras que visam regulamentar o procedimento de compras e aquisições de bens móveis, serviços e empreitadas de obras públicas, com a descrição dos fluxos e as formas de controlo internas aplicáveis, aprovado na sequência da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro. Foi aprovado em reunião do CA-APVC e entrou em vigor a 19 de Setembro de 2009.

Todos os regulamentos internos acima citados constam do site da APVC ([www.apvc.pt](http://www.apvc.pt)), com excepção do Guia de procedimento de compras e de conferência de facturas.

## 5. Regulamentos Externos

Os regulamentos externos relacionados com a actividade da empresa e que esta está obrigada a observar são, designadamente, os seguintes:

**Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente,** aprovado por Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de Novembro, que estabelece um conjunto de normas e procedimentos a observar na elaboração dos regulamentos de tarifas de cada porto.

**Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem:** Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de Março, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da prestação do serviço de pilotagem nos portos portugueses.

**Regulamento da Náutica de Recreio:** Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25 de Maio, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da actividade náutica de recreio.

**Regulamento n.º 725/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de Março:** Regulamento Comunitário que aprova o Código Internacional para a Protecção dos navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS), o qual consagra um conjunto de normas no âmbito do transporte marítimo em especial no que respeita à protecção contra ameaças terroristas no tráfego marítimo.

**O Decreto-Lei n.º 226/2006,** de 15 de Novembro, que veio estabelecer as modalidades de cooperação entre entidades com competências no âmbito da segurança e protecção dos navios e das instalações portuárias, bem como enquadrar no ordenamento jurídico nacional as disposições comunitárias sobre a matéria, tendo em vista a adopção, execução e cumprimento integrais do Código Internacional para a Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias (código ISPS).

**O Decreto-Lei n.º 284/2003**, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/106/CE do Parlamento e Conselho Europeus, de 19 de Dezembro, relativa à aplicação aos navios que escalem os portos da comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios e a Directiva n.º 2001/84/CE, do Parlamento e do Conselho Europeus, de 5 de Novembro, que altera a primeira no domínio da segurança marítima e de prevenção de poluição por navios.

**Decreto-Lei n.º 46/2002**, de 2 de Março, que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;

**Decreto-Lei n.º 49/2020**, de 2 de Março, que estabelece o regime jurídico das contra-ordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias;

**Regulamentos Comunitários** e da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre segurança e protecção portuária e da navegação.

**Regime da Operação Portuária** – Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de Agosto.

**Estatuto do Agente de Navegação**, Decreto-Lei n.º 76/89, de 3 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 148/91, de 12 de Abril.

**Decreto-Lei n.º 421/1999**, de 21 de Setembro, que aprova o Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias

**Decreto-Lei n.º 324/1994**, de 30 de Dezembro, que aprova as bases gerais das Concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias.

**Lei n.º 38/2005**, de 29 de Dezembro, Lei da Água e demais diplomas regulamentares referentes ao regime de utilização dos recursos hídricos e respectivo licenciamento tais como, o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 30 de Maio, e Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro, designadamente, quanto à captação de água, rejeição de águas residuais e imersão de dragados, entre outros.

## **6. Transacções relevantes**

Constitui “Transacção relevante” a transferência de 4,5% dos proveitos registados na conta 72 – “Prestação de Serviços”, excluindo a receita do serviço de pilotagem, para o IPTM – instituto Português dos Transportes marítimos, em conformidade com o estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 28.º dos estatutos do IPTM, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 257/2002, de 22 de Novembro.

## 7. Modelo de Governo

Os órgãos sociais que iniciaram mandato com o começo da actividade da nova empresa têm a seguinte composição:

### Mesa da Assembleia Geral:

Para o triénio 2008-2010

- **Presidente da Mesa:** Município de Viana do Castelo representado pelo Presidente da Câmara Municipal;
- **Secretário:** Dra. Maria da Graça Lima Campos Gouveia Neves Miranda Lopes.

### Conselho de Administração e respectivos pelouros:

- **Presidente:** Eng.º João Pedro Soeiro de Matos Fernandes, áreas Comercial, Formação e Recursos Humanos;
- **Vogal:** Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias, áreas das Obras, Operação Portuária, Segurança, Manutenção e Dominial;
- **Vogal:** Dr. Amadeu Ferreira Rocha, áreas Administrativa, Financeira e Sistemas de Informação.

O Conselho de Administração para deliberar sobre as matérias mais relevantes da actividade da empresa, efectuou 21 reuniões durante o ano de 2010.

**Fiscal Único:** PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ROC, tendo como suplente José Manuel Henriques Bernardo.

### Estrutura de Gestão:

- **Director Coordenador:** Arq.º Vasco Fernando de Melo e Azevedo Cameira;
- **Director de Operações e Segurança:** Cte. José Gomes da Silva Alves;
- **Divisão Administrativa e Financeira:** Dr. Carlos Alberto Vieira da Rocha;
- **Divisão Comercial e de Sistemas de Informação:** Cte. João Manuel Ribeiro Lomba da Costa;
- **Pilotagem:** Cte. Luís Daniel Cerqueira Malheiro do Vale;
- **Departamento de Exploração:** António José Fonseca da Costa Maia;
- **Departamento de Manutenção:** José Fernandes Martins Machado.

## 8. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

**Mesa da Assembleia Geral:** Não remunerados.

**Conselho de Administração:** Não remunerados.



## **Órgãos de fiscalização**

A prestação de serviços por parte do ROC, bem como a respectiva formalização, correm os seus termos pelo órgão de administração, devendo o pagamento dos honorários ter em conta os valores mínimos que resultarem da aplicação do regime geral dos ROC, designadamente do n.º 1 do artigo 160.º, conjugado com os números 1 e 4 do artigo 60.º, ambos do Decreto-Lei n.º 487/1999.

Em 14 de Maio de 2009 foi celebrado o contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas, com a firma PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., para o período de 2009 a 2011, estabelecendo uma avença anual de 10.000 euros.

## **9. Sustentabilidade da empresa**

A APVC enquanto autoridade portuária e empresa prestadora de serviços prossegue uma política de gestão responsável seja ao nível da sua intervenção social e económica, seja assumindo de forma crescente as suas responsabilidades na prevenção de impactos negativos decorrentes do vasto leque de actividades desenvolvidas na sua área de jurisdição. Implementa ou exige de terceiros que cumpram com a normativa juridicamente eficaz que regula aquelas diferentes actividades, estimula que todas as entidades também o façam e adopta medidas mitigadoras ou de compensação dos impactes ambientais que possam resultar das diferentes actividades desenvolvidas.

## **10. Controlo de riscos**

Face às diferentes actividades desenvolvidas na sua área de jurisdição, a APVC encontra-se exposta a um conjunto variado de riscos que devem ser convenientemente avaliados e acompanhados. Dos principais riscos destacam-se:

*Regulação* – a APVC deve assegurar o acompanhamento dos dispositivos legais e normativos que por obrigação deve cumprir visto estar sujeita à regulação sectorial exercida pelo IPTM – Instituto Português dos transportes Marítimos;

*Concorrência* – sobretudo do modo rodoviário que assegura grande mobilidade e flexibilidade e, também, do sistema portuário galego pela sua proximidade geográfica e da rede logística de que dispõe;

*Estrutura de mercadorias* – apenas 3 tipos de mercadorias asseguram mais de 70% do movimento anual de cargas;

*Operacional* – riscos inerentes à própria actividade portuária, sobretudo nas operações à carga e ao navio. A APVC dispõe de normas de Segurança

Marítima e Portuária e de Plano de Protecção das Instalações Portuárias no âmbito do cumprimento do código ISPS (International Ship and Security Code);

*Ambiental* – São avaliados os impactes ambientais das actividades desenvolvidas pela APVC ao nível da operação e da elaboração e desenvolvimento dos projectos dando-se prioridade à eliminação, minimização ou mitigação dos impactes;

*Evolução tecnológica* – Investimento no processo de integração da informação associada ao meio de transporte e à mercadoria (Janela Única Portuária).

Os mecanismos de gestão do risco na APVC, que agora completa o seu primeiro ano como empresa, estão ainda em fase de reavaliação.

## **11. Princípios de Bom Governo**

A APVC desenvolve as suas actividades segundo os princípios da transparência, respeito pelo ambiente, cumprimento das normas de segurança das operações portuárias e dos regulamentos e normativos urbanísticos dentro da sua área de jurisdição. Estes princípios estão divulgados no seu portal electrónico ([www.apvc.pt](http://www.apvc.pt)) que integra todos os aspectos inerentes ao bom governo da empresa, à promoção e desenvolvimento da comunidade portuária deles se destacando:

- A estrutura da administração da empresa e divulgação dos seus estatutos sociais e organigrama;
- A apresentação da missão e principais linhas estratégicas de desenvolvimento;
- A apresentação das acções e projectos que integram aquela estratégia;
- O acompanhamento dos investimentos em curso;
- O relatório de contas anual;
- As estatísticas portuárias mensais e anuais;
- Os regulamentos de exploração e de tarifas;
- As normas e procedimentos de segurança marítima e portuária.